

**ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE:**  
BASES DE APOIO FAMILIARES E COMUNITÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

**Magda Dimenstein**





**Número 6**  
**Colección Premios y Ayudas de la FCI**

**ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE:**

BASES DE APOIO FAMILIARES E COMUNITÁRIAS COMO ESTRATÉGIA DE  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

**Magda Dimenstein**

UFRN Natal/RN – Brasil 2006





## Depósito Legal:

ISBN: 84-7632-945-8  
Depósito Legal: PM 254-2006

Ediciones de la Fundació Càtedra Iberoamericana  
Cra de Valldemossa, Km 7.5  
07122 Palma de Mallorca

© de la edició:  
© del texto: del autor





---

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
1. VIOLÊNCIAS e BASES DE APOIO	05
2. OBJETIVOS	11
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	12
4. RESULTADOS	13
4.1. Perfil dos Participantes	13
4.2. Atividade Escolar	16
4.3. Religião	17
4.4. Lazer e Esportes	20
4.5. Dificuldades enfrentadas no cotidiano	25
4.5.1. Violência Familiar e Comunitária	26
4.6. Saúde	33
4.7. Valores Sociais	34
4.8. Conselho tutelar	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
7. Anexos (Questionário)	57



## APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é fruto de um projeto de pesquisa realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Brasil, no Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Trata-se de uma investigação por mim<sup>1</sup> coordenada e que articulou diversos sub-projetos de alunos do curso de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia/PPGPs, durante o período de 2003 a 2005. Nesse sentido teve a colaboração direta de bolsistas de Iniciação Científica<sup>2</sup> e de mestrando do PPGPs. Além disso, contou com a cooperação financeira no CNPq e da *Cátedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears/Espanha*, ajuda imprescindível à realização do projeto.

O trabalho de investigação possibilitou a realização de inúmeras atividades no âmbito acadêmico, dentre as quais se situam: a orientação de quatro alunas de iniciação científica, uma orientação de Mestrado; uma orientação de pesquisador-jovem em parceria com escolas públicas de nível fundamental do Estado; a publicação de um artigo em periódico científico indexado e a apresentação de 21 trabalhos em eventos científicos locais, nacionais e internacionais, com respectivos resumos publicados em anais.

A preocupação com a temática do suporte social voltado para crianças, adolescentes e jovens tem origem no fato de que no Brasil, programas sociais destinados à população infanto-juvenil pobre, normalmente, priorizam seus problemas e deficiências, atingindo tais populações quando já se encontram em situação de difícil reversão. O crescimento da violência no país vem alcançando cifras alarmantes entre os jovens, pois são eles os que mais morrem e matam. Esses têm constituído a população mais vulnerável em termos de políticas públicas voltadas especificamente para os problemas vivenciados nessa etapa de vida. As mortes por causas externas, por exemplo, têm sido um indicador importante da vulnerabilidade juvenil, principalmente os homicídios.

São quase 15 mil jovens situados na faixa dos 15 aos 24 anos mortos por ano, distribuídos desigualmente em relação à região do país, sexo, cor e renda. Homem, negro, solteiro e jovem compõe o grupo que apresenta as maiores taxas de vitimização por homicídio (137,8 por 100 mil habitantes). A complexidade dos fatores determinantes da violência é muito ampla. Estudos indicam que a mortalidade de jovens por causas violentas não está necessariamente atrelada às formas mais acentuadas de exclusão social e econômica. Entretanto, é indiscutível o fato que a desigualdade social e o não acesso a bens e equipamentos sociais de lazer, cultura e esporte, constitui um elemento importante na explosão da violência.

Na década de 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, surgem propostas que objetivam transformar os modelos caracterizados pela centralidade das ações, assistencialismo e repressão. Tais propostas estão ancoradas na concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos que necessitam de cuidados e oportunidades para o seu pleno desenvolvimento. Nessa mesma década, começam a florescer pesquisas no mundo inteiro sobre Bases de Apoio familiares e comunitárias e seu papel no desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social e afetiva de jovens e crianças. As Bases de Apoio são os recursos familiares e comunitários que oferecem segurança física e afetiva a crianças e jovens. Referem-se tanto a atividades ou organizações formais (creches, escolas, programas religiosos, clubes, centros juvenis), quanto a formas de apoio espontâneas ou informais (redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas na vida de crianças e jovens disponíveis na comunidade). Parte-se do pressuposto de que os elos estabelecidos entre crianças/adolescentes e sua família e comunidade são vitais e devem ser levados em conta na elaboração de políticas e programas sociais.

Estudos vêm apontando que são esses recursos familiares e comunitários disponíveis em uma comunidade que se apresentam como fontes prioritárias de suporte social. Com base nisso buscou-se

---

<sup>1</sup> Magda Dimenstein, Dra. em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Pesquisadora do CNPq. E-mail: [magdad@uol.com.br](mailto:magdad@uol.com.br)

<sup>2</sup> Agradeço à colaboração do mestrando Emanuel Lima e das alunas do curso de graduação em Psicologia e bolsistas de Iniciação Científica: Andreína Moura, Monique Brito, Vanessa Medeiros e Rayanne Cardoso.



---

desenvolver uma pesquisa objetivando mapear as bases de apoio familiares e comunitárias para adolescentes e jovens em uma região da cidade de Natal, cidade do nordeste brasileiro, a saber, o Distrito Sanitário Oeste, mais especificamente o bairro de Bom Pastor.

Considera-se que conhecer essas bases é imprescindível porque elas são parte orgânica e vital das comunidades. Isso demonstra que as mesmas se organizam para a resolução de seus problemas e que elas, melhor que ninguém, sabem quais são. Fortalecer as bases de apoio e as redes de ajuda e solidariedade locais é muito mais barato e eficaz do que criar soluções artificiais e verticais, criadas sem ouvir a comunidade, sua experiência e seu saber. Além disso, é uma estratégia privilegiada de enfrentamento à violência presente no cotidiano dessas comunidades.



## 1. VIOLÊNCIAS e BASES DE APOIO

Nos últimos vinte anos a temática da violência tem sido bastante debatida na sociedade brasileira, tanto no meio acadêmico, quanto na mídia e pelas pessoas de uma forma geral. Em praticamente todos os campos do conhecimento encontramos vários estudos, seja no campo das ciências humanas e sociais, seja no campo das biociências, voltados a essa temática. Essas pesquisas e estudos têm demonstrado que o fenômeno da violência na contemporaneidade é complexo e se apresenta de forma multifacetada (Zaluar, 2000). Polissemia, amplitude, multicausalidade e heterogeneidade são características que estão presentes na conceitualização da violência. Sua complexidade exige uma perspectiva que inclua em sua análise uma abordagem sob diferentes óticas. Suas manifestações envolvem o público e o privado, apresentam-se de forma sutil nas relações entre as pessoas, sejam as que envolvem gênero, trabalho, gerações, família, escola, etc.

Estudiosos do campo apontam que as discussões sobre o fenômeno da violência devem incluir o reconhecimento de que a fixação em uma só noção para se compreendê-la pode produzir visões distorcidas e fragmentadas, isto é, devem evitar o tratamento da questão como uma entidade única - A Violência - a qual subtrai os contextos sócio-históricos nos quais diferentes violências acontecem (Novo, 1996). Para a sua compreensão, deve-se, portanto, assumir uma postura que incorpore a interação dos vetores de ordem sócio-histórica e subjetiva e que esteja atenta aos perigos da unicausalidade do âmbito biológico e de determinações macro ou microssoial, ou seja, determinações de cunho político ou econômico (Minayo, 2003). Dessa forma, concordamos com os autores que ressaltam que a violência, por sua natureza complexa, tem articulação direta com as desigualdades sociais que atingem maior parte da população mundial, com os efeitos excludentes das políticas neoliberais, da globalização da sociedade e internacionalização do crime, e efeitos de mídia.

Além disso, tem relação com outros aspectos, trazidos dessa vez por Fraga (2002), referente a um padrão de sociabilidade que permeia toda a sociedade contemporânea, especialmente a juventude, vista aqui enquanto vitrine dos conflitos sociais. Tal forma de sociabilidade é marcada pela violência, a qual modela e afirma determinados processos subjetivos. Para esse autor, trata-se da “continuidade da sobrevivência pela violência” (p.49), discussão ampliada por Diógenes (1999) que resalta que tal padrão de sociabilidade, essa “marca” está ancorada em três eixos, a saber: individualismo e intolerância à diversidade; disposição subjetiva favorável à violência e busca de reconhecimento pela violência.

Nesse trabalho, violência está sendo entendida como um fenômeno cultural que permeia as relações sociais, cujos sentidos assumem matizes diferenciados ao longo da história. Trata-se de um dispositivo de poder que supõe uso da força e da coerção, podendo causar algum tipo de dano, individual ou social.

Com base em Tavares dos Santos (2002), a violência

(...) envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas (...) e sua prática vai se inserir em uma rede de dominações de vários tipos – classe, gênero, etnia, etária, por categoria social, ou a violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas (p.23).

A OMS (2002), em relatório sobre violência e saúde, afirma que a violência é considerada um problema de saúde pública em nível mundial, sendo a violência juvenil um dos seus aspectos mais crescentes. Muitas pesquisas nesse campo demonstram que nas duas últimas décadas os índices de violência têm atingido cifras alarmantes no Brasil. Elas têm demonstrado que a população jovem é a que tem mais se envolvido em episódios violentos, não só como vítimas, mas também como perpetradores da violência. A mortalidade por causa externa (homicídios, acidentais e intencionais), segundo a classificação internacional das doenças – CID 10 cresceu cerca de 50% entre o fim dos anos 70 e meados dos anos 90. As causas externas foram responsáveis por 66,2% dos óbitos dos jovens entre 15 e 24 anos em 1995.

Para essa população, a proporção de homicídios foi de 40,2%, representando 29,4% das mortes em geral, configurando-se como a principal causa (Mello Jorge, 1998). Em Natal, no ano de 2000, a situação não é muito diferente: das 641 mortes por causas externas em toda a população natalense, 156 acometeram jovens entre 15 e 24 anos; as causas externas representaram 58,86% das mortes entre jovens



da mesma faixa etária e 91% das mortes, nesta mesma faixa etária, foram sofridas pela população masculina.

Têm-se discutido muito em nossa sociedade formas de enfrentamento da violência. No Brasil, as políticas sociais e os programas destinados à população infanto-juvenil em situação de pobreza normalmente priorizam seus problemas, fracassos e deficiências e, com frequência, atingem crianças e adolescentes quando já se encontram em situação de difícil reversão. Na década de 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgiram propostas que objetivavam transformar os modelos caracterizados pela centralidade das ações, assistencialismo e repressão. Tais propostas estão ancoradas na concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos que necessitam de cuidados e oportunidades para o seu pleno desenvolvimento.

Nessa mesma década, começaram a florescer pesquisas no mundo inteiro sobre bases de apoio familiares e comunitárias e seu papel no desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social e afetiva de jovens e crianças. No Brasil, os estudos pioneiros foram realizados em 1999 pela CESPI na Universidade de Santa Úrsula no Rio de Janeiro – RJ. Atualmente, conhecido como Projeto *Bases de Apoio*, é coordenado pela CIESPI/PUC (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – Pontifícia Universidade Católica/RJ) e tem realizado um trabalho de pesquisa-ação que se organiza dentro dos moldes supracitados, procurando desenvolver nas comunidades carentes de diversas regiões do Brasil, ações que priorizem o pleno desenvolvimento da criança, a partir do fortalecimento de suas bases de apoio.

Os estudos sobre bases de apoio se iniciaram nos Estados Unidos. Os contextos mundial e acadêmico, que se configuraram a partir da segunda metade do século XX, propiciaram o surgimento de bases de apoio e, conseqüentemente, começaram a florescer pesquisas sobre o assunto. De acordo com Costello, Pickens e Fenton (2001), crianças e adolescentes necessitam de elos consistentes com o mundo físico e de interações fortes com outras crianças e adultos para poderem desenvolver a capacidade de vitalidade física, aprendendo como utilizar seu corpo e como controlá-lo. Para tal, a criança precisa de proteção e cuidados para explorar o mundo e internalizá-lo de forma saudável.

Segundo tais autores, a criança para desenvolver sua capacidade para relacionamentos, vale-se dos relacionamentos que tem com as pessoas dela encarregada, que, através de interações seguras, contribuirão para a expansão dos relacionamentos para círculos sociais mais amplos. “(...) o desenvolvimento cognitivo e social também depende do nível de segurança, estímulo e intimidade das pessoas encarregadas das crianças” (p. 16). Redes sociais informais são vitais para o desenvolvimento infantil. Necessário, para tal, faz-se a amplificação de relacionamentos sociais, incluindo um contato com demais parentes e inter-relações comunitárias. Esta amplificação pode ser realizada, também, através de bases de apoio comunitárias organizadas, tais como creches, centros sociais, grupos religiosos, grupos de jovens. Organizações formais de apoio podem dar às crianças e adolescentes oportunidades de desenvolvimento a partir de atividades que seus pais cerceiam ou não possam proporcionar, estimulando, assim, a criatividade do indivíduo.

Costello, Pickens e Fenton (2001) ainda afirmam que o desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social (relacionamentos) e de autonomia dependem das oportunidades de lidar com o mundo físico e social. O contato com crianças mais velhas, adultos de suas famílias e redes sociais informais proporciona às crianças uma melhor apreensão do mundo, de forma a achar soluções para os problemas emergentes, construindo de maneira autônoma seus objetivos.

Com a cristalização do modo de trabalho do capitalismo industrial nos Estados Unidos e no Ocidente, na metade do século XX, a dinâmica de vida da família nuclear começou a passar por mudanças. Em busca de recursos financeiros, as famílias mudam de comunidades com maior frequência. Nas metrópoles, as famílias desenvolveram insegurança em relação aos relacionamentos dos filhos, dificultando as interações sociais. A mulher também passou a assumir um lugar no mercado de trabalho, diminuindo o apoio informal aos filhos e inviabilizando o contato destes com crianças de outras famílias. Com a diminuição do número de membros nas famílias, poucos parentes podiam auxiliar na criação das crianças, tais como, tias, irmãs, primas.

Nas comunidades populares, o incremento da pobreza faz com que os pais não tenham também condições financeiras para proporcionar um desenvolvimento integral. Logo, temos um contexto propício para o surgimento e a expansão das bases de apoio formal, como, por exemplo, agremiações religiosas, grupos estudantis, creches, escolas de tempo integral, organizações não governamentais de suporte físico



e mental para crianças e adolescentes, grupos de escoteiros. Tais bases surgiram para ajudar os pais na tarefa de criar seus filhos: para assegurar o crescimento dos filhos de pais que têm que cumprir uma longa jornada de trabalho nas comunidades abastadas e nas comunidades carentes, para criar oportunidades de desenvolvimento físico e sócio-econômico.

Bases de apoio referem-se, pois, aos relacionamentos das crianças em todas as áreas. Inter-relações afetivas com pais, parentes e demais integrantes da comunidade, sustentadas por laços afetuosos e de solidariedade. Elos comunitários com organizações que lhe propiciem o desabrochar de suas potencialidades cognitiva, emocional, social, cultural, vocacional, incrementando o desenvolvimento da criatividade com vistas ao alcance da autonomia (Rizzini, Barker e Cassaniga, 2000; Zamora e Silva, 2002).

São os recursos familiares ou comunitários, que podem ser formais (creches, associações de moradores, Ong's, grupo de jovens, instituições religiosas, escolas) e informais (ligações afetivas, envolvendo família, demais parentes e amigos), fundamentais para respaldar o desenvolvimento integral da criança (Rizzini, Barker, 2001). Segundo Zamora (2001), as bases de apoio são "recursos individuais, institucionais, relacionais, sejam formais ou informais, que ajudam os pais na tarefa de educar, proteger, e cuidar das crianças e adolescentes" (p.109).

O projeto Bases de Apoio, desenvolvido pela CIESPI-PUC, revela uma atitude que busca mudar a ótica no atendimento à infância e à adolescência, abandonando o enfoque na criança-problema, representado na visão de 'menor', e adotando uma forma de se englobar todas as crianças, de forma a criar oportunidades para o desenvolvimento integral de todas. O objetivo deste projeto foi desenvolver, conjuntamente com as comunidades, ações que viabilizem a criação de circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento das potencialidades, procurando desconstruir a visão de criança/adolescente como risco para elas mesmas e para a sociedade (Rizzini, 1995), bem como o abandono do paradigma que postula a ligação direta entre crime-pobreza (Passetti, 1996). Esta perspectiva almeja quebrar o ciclo de pobreza, envolver a comunidade na busca de soluções para seus problemas e criar redes de solidariedade e sustentabilidade.

Tal projeto teve como primeira iniciativa o contato com as comunidades, identificando e mapeando as bases de apoio comunitárias para pais e filhos. Em seguida, fez um levantamento, junto à população, das reais necessidades e dos problemas enfrentados nas comunidades. Além disso, buscou conhecer as propostas elaboradas pelos moradores com vistas a propor ações em consonância com os mesmos, evitando, assim, ações que têm uma ótica deturpada, ou uma visão de *fora-para-dentro*, sem qualquer contextualização.

O Projeto Bases de Apoio já foi editado com sucesso em várias regiões do Brasil, como, por exemplo, no Rio de Janeiro (Santa Marta e Bangu), em Goiânia (Projeto Desenhos de Famílias), na Bahia (Projeto Cidade Mãe), em Minas Gerais (Projeto Curumim).

### **EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DO PROJETO BASES DE APOIO<sup>3</sup>**

A equipe da CESPI-USU realizou duas experiências de mapeamento das bases de apoio no Rio de Janeiro. A primeira delas foi na Favela Santa Marta, Zona Sul do Município. Lançaram mão de técnicas qualitativas, procurando tomar conhecimento das instituições da comunidade que promoviam ações em benefício da população infanto-juvenil. Entrevistaram informantes-chave, que forneceram dados sobre a situação da infância e adolescência da comunidade e sobre os programas existentes. A partir destas informações, a equipe visitou, posteriormente, instituições que trabalham com adolescentes no local. Logo após, foram realizados grupos focais com adolescentes, profissionais e pais para entender como as pessoas da comunidade criam seus filhos e identificar com quem os pais contam nesta tarefa. Buscando compreender a participação das redes de apoio informal, foram realizadas entrevistas detalhadas com mães e avós.

---

<sup>3</sup> Para um melhor detalhamento ver:

Rizzini, I & Barker, G. (coords). (2001). *Crianças, Adolescentes e suas Bases de Apoio*. Fortalecendo as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo.



---

A segunda experiência foi realizada em Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro. A adolescência de 13 a 18 foi o foco dessa etapa da pesquisa. Um misto de procedimentos qualitativos e quantitativos foi utilizado. Grupos focais foram realizados com adolescentes com vistas a conhecer os elos comunitários formais da comunidade para a juventude. Profissionais que trabalham com adolescentes em programas de Bangu foram entrevistados. A partir da análise destes primeiros dados, construiu-se um instrumento em forma de questionário para conhecer a cultura adolescente de Bangu. Jovens da própria comunidade foram selecionados e treinados para ajudarem na construção de tal instrumento e na aplicação do mesmo. Duzentos e vinte e cinco (225) questionários foram aplicados de forma aleatória, em locais diversos, onde os encontros entre jovens eram comuns.

#### *Resultados*

As investigações nas duas comunidades mostraram que há um desconhecimento da população a respeito dos programas existentes na comunidade para crianças e jovens. Revelaram também que são escassas as atividades culturais para adolescentes. A participação de jovens em grupos informais é bem maior do que em programas formais estruturados e não existe intercâmbio entre os dois tipos de grupo. A presença do tráfico de drogas é um fator que impacta nos programas de forma negativa. A violência dentro da própria família é comum, bem como a falta de assistência quando na incidência desta violência. Por se constituir um tabu, o abuso sexual, embora mencionado como violência recorrente, não é encarado como problema que deve ser trabalhado pelas próprias comunidades.

#### *Conclusões*

A equipe da CESPI apontou as seguintes conclusões: escassez de financiamentos e programas para jovens; a comunidade tem mais apoio informal do que formal, revelando que os equipamentos sociais não funcionam adequadamente e que a população confia mais nos recursos informais. Além disso, viu-se que famílias e comunidades dos setores populares podem ser animadas e encorajadas para a tarefa de criar e proteger suas crianças, mas necessitam de suporte no que diz respeito ao desenvolvimento de suas bases de apoio formal, através da amparo financeiro e técnico para fomentar e melhorar seus esforços. A equipe ainda destacou a necessidade de se ampliar a implantação de projetos com as diretrizes do *Bases de Apoio* em outras comunidades brasileiras. Foi nesse sentido que visualizamos a implantação dessa proposta em Natal/RN.



## 2. OBJETIVOS

Partimos do pressuposto de que os elos estabelecidos entre crianças/adolescentes e sua família e comunidade são vitais e devem ser levados em conta na elaboração de políticas e programas sociais. Neste sentido, pensamos que o conhecimento e o fortalecimento das bases de apoio comunitárias e familiares podem funcionar como estratégia política de enfrentamento à violência. Desta forma, definimos nosso objetivo principal de trabalho, que consiste no mapeamento das bases de apoio familiares e comunitárias para adolescentes e jovens na Zona Oeste de Natal, especificamente no bairro de Bom Pastor.

Escolhemos esta região da cidade por se configurar como área carente da capital e apresentar graves indicadores sociais: Maior índice de mortalidade infantil da cidade (21,42%); maior índice de gravidez precoce e maior incidência de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. De acordo com informações colhidas pelo IBGE (1996), aproximadamente, 30% dos chefes de família são analfabetos e 16,86% têm somente de um a três anos de estudo; 57,75% destas famílias têm renda de até dois salários-mínimos. Na sua grande maioria são trabalhadores informais, desenvolvendo suas atividades sem amparo legal. Além disto, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, a partir de matérias de jornais locais, a Zona Oeste apresenta o maior índice de homicídios. Silva (1997) aponta um nível bastante alto de transgressões cometidas pela população jovem. A violência atinge a população jovem da Zona Oeste em forma de abusos sexuais, abandono, tráfico/consumo de drogas e exploração do trabalho infantil.

Além disso, objetiva-se futuramente:

1. Levantar possibilidades de fortalecimento das bases de apoio formais e informais para crianças e adolescentes.
2. Desenvolver programas de capacitação para lideranças comunitárias sobre desenvolvimento infanto-juvenil; direitos das crianças e adolescentes; prevenção da violência intrafamiliar.
3. Participar de forma integrada com os outros sub-projetos, na criação de um fórum permanente de apoio às bases comunitárias, integrando a comunidade acadêmica, as instituições que trabalham nessa área da infância e adolescência e as próprias bases.
4. Contribuir, com debates e produção teórico-metodológica, para fundamentar a elaboração de políticas públicas na área da infância e adolescência.



---

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário (anexo 1) com adolescentes e jovens estudantes da Escola Estadual Jean Mermoz, nos turnos vespertino e noturno. Esse instrumento foi o mesmo utilizado pelo projeto Bases de Apoio em Bangu, no Rio de Janeiro/RJ. Entretanto, o questionário original sofreu algumas alterações no sentido de adaptação à realidade local. Ficou composto por 189 itens distribuídos por oito eixos temáticos: 1. Características sócio-demográficas; 2. Escolarização/educação; 3. Lazer e esportes; 4. Religião; 5. Saúde; 6. Problemas e necessidades especiais; 7. Violência; 8. Programas e iniciativas presentes na comunidade. O instrumento foi auto-aplicável com o auxílio da equipe de pesquisa.

Escolhemos o estabelecimento acima referido como *locus* da pesquisa por ser a única escola no bairro que oferece ensino médio e supletivo para estudantes com defasagem escolar. Desta forma, tivemos acesso à população na faixa etária alvo desse estudo, ou seja, estudantes com idades entre 13 e 24 anos. Após aprovação pelo comitê de ética da UFRN e autorização da direção da escola, procedeu-se a um levantamento dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa. No levantamento inicial identificou-se 739 estudantes matriculados na faixa etária referida, entretanto, só foi possível aplicamos 382 questionários, pois havia um alto índice de evasão escolar.



## 4. RESULTADOS:

### 4.1. Perfil dos Participantes

Foram aplicados 382 questionários abaixo apresentados conforme a escolaridade:

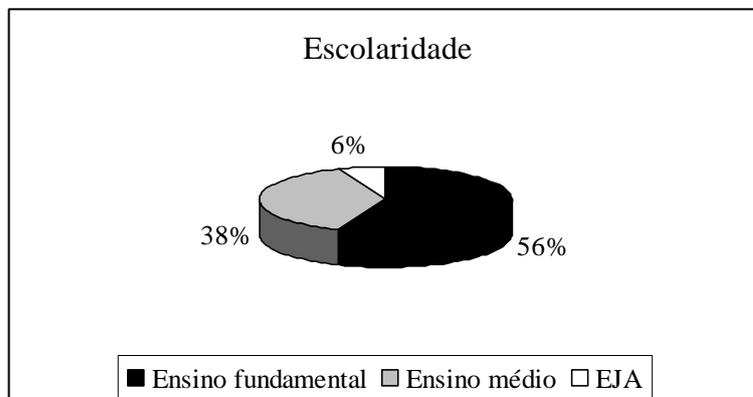


Gráfico 1 – Escolaridade

Os participantes estavam assim distribuídos:

1. Ensino Fundamental (56%): 5ª Série (n = 67), 6ª série (n = 53), 7ª série (n = 39), 8ª série (n = 53).
2. Ensino Médio (38%): 1º ano (n = 79), 2º ano (n = 41) e 3º ano (n = 26).
3. Educação de Jovens e Adultos (6%): EJA 3 (n = 16) e EJA 4 (n = 8)

Esses participantes estudam nos turnos vespertino e noturno, perfazendo um total de 51,69% do total de alunos dessa escola na faixa etária de 12 a 24 anos. Dos participantes, 269 possuem de 12 a 18 anos (70,38%) e 113 de 19 a 24 anos (29,62%), sendo 49% do sexo masculino (n = 187) e 51% do sexo feminino (n = 195).

A maioria dos participantes nasceu no município de Natal e reside no bairro Bom Pastor (76,17%) ou em outros bairros do Distrito Oeste. Quanto à raça, 37,43% (n = 143) declararam ser da raça branca, 18,58% (n = 71) da raça negra e 33,76% (n = 129) pertencerem à raça parda. No que diz respeito ao estado civil, 87,69% (n = 335) são solteiros, 3,66% (n = 14) são casados, 6,02% (n = 23) estão em união consensual e 1,83% (n = 7) não responderam. A maioria não tem filhos (84%).

A maior parte desses jovens, 36,12%, nunca exerceu qualquer atividade remunerada; 33,76% deles estão trabalhando atualmente e 24,08% já o fizeram em outro momento. A maior parte trabalha informalmente, sem carteira de trabalho assinada (n = 75), concentrando-se no setor terciário (46,51%). Os que trabalham atualmente e os que já trabalharam realizam as seguintes atividades remuneradas: autônomos (n = 36); atividades domésticas (n = 26); comerciários (n = 25); funcionários públicos (n = 22); prestação de serviços (n = 20); professores (n = 3); prostituição (n = 1) e jogador de futebol (n = 1).

Na categoria autônomo foram identificadas atividades tais como doceira, pedreiro, pintor, feirante, sorveteiro, artesão, etc. Este dado é relevante, pois o trabalho de jovens no mercado informal é mais freqüente em comunidades de baixa renda como a de Bom Pastor, refletindo ainda a situação geral dos trabalhadores do país. Quase a totalidade dos participantes, 90,04%, realiza ou já realizou algum tipo de trabalho doméstico. As tarefas mais citadas são: limpar a casa (69,63%), fazer compras (43,19%) e cozinhar (41,3%). Destacamos que 86,91% dos adolescentes do sexo feminino e 60,87% do sexo masculino realizam tarefas domésticas.

Podemos notar que além dessa diferença total do número de jovens do sexo masculino em relação ao número de jovens do sexo feminino que se dedicam aos trabalhos domésticos, há também uma diferença entre as atividades as quais eles se dedicam: em relação à limpeza da casa, 167 meninas fazem esse tipo de trabalho, enquanto apenas 94 meninos realizam esse tipo de atividade. Na atividade de cuidar dos irmãos, 81 meninas a executam, enquanto apenas 38 meninos realizam esse tipo de trabalho.



Quando indagados sobre a atividade de cozinhar, 110 meninas declararam realizar tal atividade em suas casas, enquanto apenas 46 meninos disseram realizar este tipo de serviço. O item “fazer compras” foi o que o número de jovens do sexo masculino (n = 71) mais se assemelhou ao número de jovens do sexo feminino (n = 89). Sobre a frequência de trabalho em casa, 146 das jovens responderam que todos os dias se dedicam aos afazeres domésticos, enquanto que apenas 59 dos jovens o fazem com a mesma frequência.

O Relatório de Desenvolvimento Juvenil da Unesco (2003) revela que em todo país, as jovens se dedicam mais aos afazeres domésticos tanto em número de atividade quanto em horas dedicadas. Podemos então, perceber que a situação das jovens participantes desta pesquisa é similar às das jovens do país como um todo, já que realizam mais atividades e com mais frequência os afazeres domésticos.

As famílias dos participantes da pesquisa são compostas, em sua maioria, por 4 a 6 membros (59,24%), sendo formadas por pai, mãe e irmãos (48,69%). É importante destacar que 21,72% são chefiadas apenas por mulheres. A renda dessas famílias se configura da seguinte maneira:

1. Até 01 Salário mínimo (até R\$ 300,00<sup>4</sup>) = 24,34%
2. De 01 a 02 Salários mínimos (até R\$ 600,00) = 28,27%
3. De 02 a 04 Salários mínimos (até R\$ 1.200,00) = 22,51%
4. Mais de 04 Salários mínimos (acima de R\$ 1.200,00) = 9,42%
5. Não informaram = 15,46%

Sabemos que o Brasil é um dos países com maior nível de concentração de renda do mundo. Dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003 da Unesco (2004), revelam que se dividirmos as famílias brasileiras em dez grandes grupos de acordo com sua renda, verificaremos que o grupo de 10% das famílias com renda mais elevada concentra 43,9% da renda nacional total. Enquanto que a metade das famílias que possuem menor renda, concentram apenas 13,8% da renda total do país. Continuando a comparar esses dois grupos, podemos observar também que no grupo dos 10% de maior renda, cada membro da família percebe uma renda equivalente a 6,4 salários mínimos. Enquanto que no grupo dos 50% dos possuem as menores rendas, cada membro da família possui o equivalente a apenas 0,4 salários mínimos. Certamente, as famílias dos jovens desta pesquisa pertencem a este segundo grupo, visto que 75,12% deles têm uma renda familiar que se concentra entre menos de um a quatro salários mínimos.

É importante ressaltar ainda que essas diferenças de renda podem promover ainda mais desigualdades, já que o acesso aos serviços como os de saúde e educação se torna mais restrito. No caso da educação, por exemplo, os jovens de renda inferior possuem apenas uma média de anos de estudo 5,9 anos, enquanto que os jovens de rendas superiores possuem uma média de 10,8 anos, segundo Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003 (Unesco, 2004). Esta disparidade entre a média de anos de estudo, se dá, principalmente, pela necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho por parte dos jovens pertencentes a famílias de baixa renda.

Ainda sobre a renda, é importante que fique claro também a posição da Região Nordeste em relação as demais regiões, no que diz respeito a renda familiar *per capita* (RFPC) dos jovens entre 15 e 24 anos. Segundo o mesmo relatório citado mais acima, a região nordeste possui a menor RFPC do país: 0,82 salários mínimos. Mais uma vez, notamos que situação dos jovens participantes desta pesquisa parece ser condizente com a situação geral do país e da sua região.

Quanto à moradia, 76,96% moram em casa própria e 17,27% em casa alugada. Estes dados indicam que as famílias de Bom Pastor lidam cotidianamente com a pobreza. Têm renda média de menos de 02 salários mínimos; são compostas por pessoas vinculadas informalmente no mercado de trabalho, muitas das quais são adolescentes e jovens que por sua condição financeira são obrigados a abandonar os estudos em busca de trabalho. São numerosas, de maioria negra/parda, com baixa renda e sofrem problemas financeiros.

---

<sup>4</sup> Esse valor equivale aproximadamente a 100 Euros.



## **4.2. Atividade Escolar**

A maioria dos jovens desta pesquisa estava cursando o Ensino Fundamental à época da realização da pesquisa e uma parcela significativa (95) possuía até 14 anos de idade. Constatamos que 87,69 % dos participantes estudaram no ano letivo passado. O fato de uma parcela significativa deles ter frequentado a escola no ano anterior e possuir essa média de idade, pode ser um indicativo da situação geral do Ensino Fundamental no país, já que na faixa dos 7 aos 14 anos de idade, “o acesso à escola está praticamente universalizado (96,5%), incluindo as áreas rurais (...)”. (IBGE, 2003, p. 13).

Para quase a totalidade dos participantes (92,67%) a escola tem “muita” importância em suas vidas. As reuniões da escola são frequentadas pelos pais de 78,27% dos participantes, sendo que 59,42% já foram conversar com os professores, principalmente sobre dificuldades no entendimento de disciplinas, notas ruins e reclamar de acontecimentos específicos. A partir destes dados, podemos inferir que a escola pode atuar como uma base de apoio importante para os jovens desta pesquisa, já que eles revelam uma grande importância dada à mesma. Além disso, o intercâmbio entre os pais e os professores parece ser bastante significativo, nos fornecendo mais um indício que a escola configura-se como uma base de apoio, neste caso formal.

É importante destacar o alto nível de reprovação: 71,98% dos estudantes já foram reprovados pelo menos uma vez, especialmente por motivo de indisciplina, notas baixas, dentre outros. Dos que sofreram reprovação, 24% já foram mais de duas vezes e 10,9% mais de três vezes. Este é mais um dado que não deve ser concebido de maneira isolada. O Relatório de Desenvolvimento Juvenil, já citado anteriormente nos revela que dos jovens entre 15 e 24 anos matriculados nas escolas, apenas 40% se encontra na série correspondente à idade que possuem, Ou seja, 60% deles se encontram em defasagem escolar, devido a fatores como repetência e evasão. A faixa etária desta pesquisa não é a mesma que a indicada por este relatório, porém podemos traçar este paralelo quando às idades cronológicas se tornam menos importantes na medida em que as situações experimentadas por estes jovens são tão similares. Podemos constatar então, que o acesso ao ensino não é garantia para que os alunos consigam usufruir da escola os benefícios esperados. Porém, a defasagem escolar não é uma questão que envolva apenas a qualidade do ensino oferecido, mas sim outros fatores que estão para além dela, como a situação da entrada prematura no mercado de trabalho que leva tanto a repetência quanto à evasão escolar.

Além de todos estes dados, constatamos que apenas 20,68% (n = 79) dos estudantes já procuraram algum tipo de apoio para suas atividades escolares, tais como, grupo de reforço, professor particular, explicadora e psicopedagogo. Nesta seção indagamos, ainda sobre a participação dos adolescentes e jovens em cursos realizados em suas comunidades, apenas 75 dos 382, ou seja, 19,63% jovens haviam participado de algum curso, sendo o de informática o mais citado entre esses cursos, com 52 indicações. O de inglês foi o segundo mais citado com nove indicações. Esses dados alertam para a falta de opções que os jovens dessa comunidade vivenciam no que diz respeito às atividades extracurriculares. Foi também observado que os pais da maioria dos alunos participantes da pesquisa costumam frequentar as reuniões da escola, principalmente para acompanhar o desenvolvimento escolar do filho, discutir dificuldades e necessidades específicas de seus filhos, indicando claramente que há uma relação de confiança estabelecida entre a instituição escola e as famílias. Ou seja, podemos pensar que a escola se configura enquanto base de apoio na medida em que ela oferece o intercâmbio entre professores e pais de alunos, mas deixa de servir de suporte quando não oferece serviços “extras” que pudessem vincular o jovem a uma atividade de lazer ou profissional.

## **4.3. Religião**

Nosso objetivo consistia em investigar que religiões estavam sendo mais frequentadas pelos jovens e adolescentes na comunidade de Bom Pastor. Dizemos isso, pois investigar em que proporção elas estão atuando enquanto base de apoio nos parece um tanto precipitado, já que com os dados disponíveis, esse tipo de análise seria no mínimo inconsistente na medida em que questionamos os jovens apenas sobre os itens a seguir: “Você possui alguma religião?”; “Qual a religião?”; “Quantas vezes você frequenta essa religião?”. Desta forma, apenas temos condições de detectar, que religiões estão mais presentes na comunidade estudada, tentando traçar um paralelo entre elas e as possíveis implicações de suas presenças nessa comunidade.



Uma primeira distinção pode ser feita entre fé e religião. A primeira se refere “a crença religiosa; firmeza na execução de um compromisso; depositar confiança em”. Já a religião consistiria em “crença na existência de uma força considerada como criadora do Universo, e que como tal devem ser adorada e obedecida; crença fervorosa, devoção, piedade”. Ambas as definições foram encontradas no dicionário Aurélio. Desta forma, a fé seria algo indispensável à religião, sendo esta última um sistema mais complexo na medida em que envolve considerações acerca da criação do mundo e aos acontecimentos nele ocorridos, bem como a certas regras de conduta (deve ser obedecida). Falaremos a seguir um pouco mais sobre religião.

Alves (1996) ressalta que a religião “é uma teia de símbolos, rede de desejos (...) a mais fantástica tentativa de transubstanciar a natureza” (p.18). Conforme este autor, quando se escolhe uma religião, as pessoas possuem condições de eleger o que é essencial e o que é secundário em suas vidas, estabelecendo uma rede de símbolos sagrados que é capaz de exorcizar o medo diante das intempéries da vida, fazendo com que se construam formas de enfrentamento deste medo. Alvito (citado por Zamora & Kuenerz, 2002), escrevendo sobre os templos pentecostais e neopentecostais nas favelas de Acari na cidade do Rio de Janeiro, relata que a religião dá um sentido a vida, já que através dela se consegue estabelecer um certo controle frente a fatos incoerentes, mas que com a mediação das crenças religiosas passam para o domínio do explicável, pois tais fatos passam a integrar uma cadeia de significados de ordem divina. Desta forma, a religião passa a oferecer um sistema simbólico que funciona como suporte ao sujeito, dando-lhe a oportunidade de interpelar algo que sem a religião lhe pareceria caótico.

Costa (citado por Zamora & Kuenerz, 2002), afirma que para Freud a religião consistia na possibilidade de tornar desejos de natureza infantil e inconsciente, admissíveis a consciência. Isto é, a religião era encarada por Freud como um mecanismo de defesa egóico diante dos desejos que punham em risco a integridade psíquica do sujeito. A morte estaria no centro da criação de tais defesas, já que era por temer a ela (junto com seu caráter inevitável) que os sujeitos criariam suas fantasias baseadas nas crenças religiosas. A morte seria algo impossível de representar e desta forma causaria traumas. Além disso, a religião ofereceria a crença em uma vida eterna, que nos faria ultrapassar nossas limitações físicas, que também ofereceria um lugar livre das pressões que os desejos exercem sobre os sujeitos em suas vidas terrenas, enfim um lugar que se estaria livre de qualquer dor ou sofrimento.

Contudo, o próprio Costa (op.cit) refuta tais considerações, já que a vivência da morte nem sempre é vivenciada como trauma. E mais que isso: afirma que as premissas nas quais se fundamentam o pensamento freudiano estão baseadas no modelo psicológico materialista/racionalista, típicos dos séculos XVII e XIX, que concebe o sujeito como produto de reações físico-mentais ao meio, sendo estas reações reguladas por aquilo que nos falta. Desta forma, nossas crenças estariam baseadas naquilo que nos falta (no caso, como é morte).

Esse autor ainda admite que muitos fiéis utilizam de suas crenças religiosas para mascarar o medo da morte, porém muitos outros vêm na religião uma maneira de atribuir sentido às suas vidas, dando significado aquilo que parece não ter nexos. Ele nos fala ainda que a crença religiosa não possui uma causa, já que ela é fundadora de outras causas. Enfim, é uma experiência que é funda uma visão de mundo. Não se trata, pois, de um erro de cognição ou ignorância, mas sim de um modo de conceber as coisas da vida. Desta forma, o fato da religião não exigir habilidades argumentativas daquele que crê, não invalida seu modo de conceber os acontecimentos do mundo, torna-o apenas uma maneira diferente, e não inferior. Costa (op.cit) afirma que o psiquismo, enquanto uma totalidade se expressa de maneiras distintas, sendo a religião uma possibilidade destas diferentes maneiras. Esta é nossa maneira de conceber a religião neste trabalho.

Com base nisso podemos observar alguns aspectos da igreja, que fazem com que ela se torne uma base de apoio familiar. Zamora e Kuenrez (2002), afirmam que no interior da igreja se formam espaços de solidariedade na medida em que as pessoas se congregam em suas comunidades religiosas. Estas autoras afirmam ainda que essa solidariedade se expressa das maneiras mais distintas: um beijo, um abraço, um conselho. É importante dizer que a pesquisa realizada pelas autoras acima citadas foi realizada em uma favela no Rio de Janeiro junto a igrejas evangélicas. Levando em consideração o espaço no qual ela foi desenvolvida, a igreja parece se tornar ainda mais significativa, já que neste espaço há poucos lugares de sociabilidade tais como clubes, cinemas, entre outros.

Além de proporcionar este espaço de solidariedade, as igrejas investigadas na pesquisa de Zamora e Kuenrez, anteriormente citada, ofereciam uma ampla gama de atividades e não apenas para



jovens. Os fiéis destas igrejas freqüentavam as mesmas festas, organizavam eventos beneficentes, ensaiavam coros, entre outros. Estas atividades conferem à igreja um sentido de espaço para potencializar “habilidades” das pessoas.

Outro fator importante sobre as igrejas, é que como elas proporcionam um maior espaço de diálogo para as mulheres isto acaba por ocasionar um modo diferente de se colocar frente ao marido em casa, tornando as relações familiares mais igualitárias, transformando a família em um grupo mais unido simbolicamente. Outro fator que influencia a construção de relações mais igualitárias, segundo Machado (citado por Zamora & Kuenerez, 2002), é o fato de que o pentecostalismo dá ênfase às características femininas e maternais de Deus, retirando a mulher do lugar de subordinação. Essas são apenas alguns fatores da importância que as igrejas podem adquirir, contribuindo com base de apoio familiar.

Em contrapartida, as autoras alertam para o possível papel modelizador de condutas e disciplinarizador de corpos que pode promover uma “desejável docilização, indispensável ao mundo do trabalho” (Zamora & Kuenerez, 2002, p.89), na medida em que essas religiões se baseiam em uma forte conduta moral e disciplina do temor a Deus (ou seja, do castigo frente às nossas condutas que não sigam a retidão do caminho de Deus). Talvez, as igrejas possam atuar também nesta dimensão, sendo mais um agente de domesticação das pessoas.

Como dissemos anteriormente, não podemos de modo algum traçar uma ligação linear entre os achados desta pesquisa e as teorizações feitas. Pretendemos apenas considerar as possíveis implicações das freqüências dos participantes da pesquisa em seus espaços de congregação religiosa.

Dos participantes da pesquisa, 231 (60,47%) disseram freqüentar alguma atividade religiosa. Deste total, 40,00% disseram freqüentar a Igreja Católica enquanto 20,15% afirmaram ir até as Igrejas Protestantes. A religião Espírita foi citada três vezes. Outras religiões foram citadas por apenas quatro pessoas. Os que disseram não participar de nenhuma atividade religiosa perfizeram um total de 36,65%. Os que não responderam sobre a participação em atividades deste tipo somaram um total de 37%.

Questionamos também sobre a freqüência de participação dos jovens e adolescentes nessas atividades. Dos sujeitos que responderam freqüentar alguma atividade, 15,2% disseram não terem ido até seus locais de congregação no último mês, outros 7,33% disseram ir apenas uma vez até esses locais. Os que freqüentam algum tipo de atividade de duas a três vezes por semana perfizeram um total 14,91% enquanto que 25,91% afirmaram freqüentar tais religiões quatro ou mais vezes por semana.

Como pudemos observar, uma parcela significativa dos sujeitos desta pesquisa disseram freqüentar algum tipo de atividade, sendo assim podemos pensar na possibilidade de essas atividades religiosas estarem se configurando como bases de apoio para os jovens da comunidade pesquisada.

#### **4.4. Lazer e Esportes**

O lazer deve ser encarado como um tempo livre necessário ao desenvolvimento não só do indivíduo, mas da sociedade em geral. É através de atividades lúdicas, que se desenvolvem componentes motores, afetivos, cognitivos, morais, lingüísticos e sociais da personalidade humana (Manning, 1997), além de promover a integração social dos moradores de uma comunidade, estimulando o convívio entre eles e preenchendo o tempo dessas pessoas, que, na maioria das vezes, vivem em espaços domésticos reduzidos, não dispo de recursos apropriados para a realização desse tipo de atividade.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas pelas Bases de apoio estão aquelas relacionadas à cultura, esporte e lazer, que são direitos fundamentais de cidadania para toda e qualquer criança, adolescentes e jovens, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse direito, no entanto, não faz parte da realidade da maioria da população moradora de bairros periféricos. Com os dados abaixo, poderemos constatar que um bom número de atividades de lazer não participa da vida de uma parcela significativa dos jovens e adolescentes desta pesquisa.

Dos participantes, 52,61% praticam esportes. Os esportes praticados pelos estudantes são:

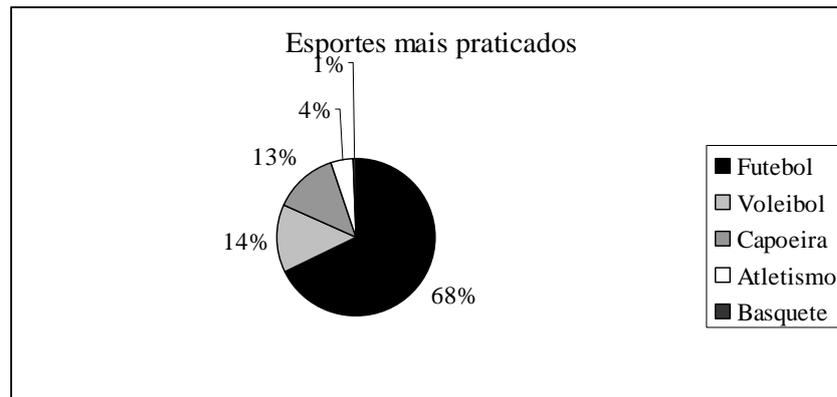


Gráfico 2: Esportes mais praticados

Dentre os que praticam esportes, 42,45% fazem parte de algum clube ou grupo organizado, sendo que 41,88% destes estão localizados na própria comunidade. De forma geral, independentemente de fazerem parte ou não de um grupo organizado, 41,88% dos que praticam esportes o fazem na própria comunidade. Estas atividades, em sua maioria, são realizadas na escola, coordenadas pelos seus funcionários ou por pessoas do bairro que desenvolvem projetos por iniciativa própria e/ou com o apoio do colégio, como é o caso também da capoeira e da dança. Esses dados mostram que a prática de esportes apresenta-se como uma atividade importante no contexto local, podendo ser pensada como uma base de apoio informal. A prática de esportes é mais freqüente entre os homens do que entre as mulheres. Tal dado está provavelmente associado ao fato de que as meninas realizam em maior quantidade atividades domésticas como cozinhar, cuidar de irmãos menores, limpeza da casa, etc, as quais consomem boa parte de seu tempo.

Quando estão fora da escola os adolescentes costumam, com maior freqüência, conversar com os amigos (67,5%) e/ou ouvir música (62,5%), praticar esportes (42,67%), dentre outras coisas. Para se divertir, a maioria assiste televisão (72,5%) e/ou conversa com os amigos (68,6%), passear (52,30%), ficar em casa (44,50%), jogar bola (42,10%). Além disso, 68,5% dos jovens já participaram de atividades coletivas, entre as quais as mais citadas foram os passeios organizados pela escola (61,80%), shows (57,14%), gincanas (47%), grupos de dança (30,75%). A freqüência desses adolescentes e jovens ao teatro e ao cinema é praticamente inexistente.

Dessa forma podemos constatar que o lazer, a diversão e as atividades coletivas desses adolescentes são realizados praticamente na própria comunidade – até mesmo em casa – e com os amigos. Por um lado isso reforça o papel do grupo de amigos enquanto base de apoio informal, mas por outro demonstra uma possível restrição no que diz respeito à oferta de opções de lazer a que essas pessoas têm tido acesso. Essa restrição pode ser uma conseqüência do pouco conhecimento que esses jovens têm acerca de serviços, grupos ou pessoas na comunidade que oferecem atividades culturais ou esportivas, pois constatamos que 49,6% declararam não conhecer nada a esse respeito. Além disso, conhecendo Bom Pastor, sabemos que a escassez de opções de diversão é uma realidade, como em qualquer bairro periférico do país. Não há quadras estruturadas de esportes, não há cinema, não há centros culturais e mesmo os brinquedos públicos e as praças são precárias, estão em péssimo estado de conservação, geralmente danificados pelos próprios moradores.

Por outro lado, não é possível desconsiderar que a maioria não dispõe de recursos financeiros para se deslocar da zona oeste para as regiões da cidade que oferecem mais possibilidades de lazer, muitas das quais implicam em gastos altos com transporte e alimentação. Essa situação também foi identificada na pesquisa em Bangu-RJ, onde existe uma falta de atividades culturais, com poucos espaços e programas estruturados para a comunidade. Porém, um aspecto importante que precisa ser destacado refere-se ao fato de que tais espaços não podem ser compreendidos apenas como aparatos físicos, mas sim como dispositivos simbólicos de sociabilidade, convívio e de trocas afetivas. A redução ou inexistência desses espaços nas comunidades pobres está relacionada à lógica do capitalismo e das políticas econômicas e sociais, a qual fabrica um individualismo exacerbado, a atomização das relações e a desqualificação da solidariedade.



Portanto, outro aspecto a ser levado em consideração é que as atividades de lazer realizadas pelos adolescentes e jovens estão praticamente circunscritas ao espaço doméstico, revelando a falta de iniciativas públicas no sentido de construir espaços sócio-recreativos em comunidades de baixa renda, o que pode ser compreendido como uma estratégia de controle e exclusão de tais moradores, limitando sua circulação na cidade. Nesse sentido, concordamos com Soares (2002) que

(...) a própria direção dos programasse projetos na direção de atividades em espaços fechados, buscando afastar os jovens dos espaços de convívio da rua, oferecendo-lhes uma opção “segura” não toca no foco: é nas ruas que relações que consideramos “não favoráveis” ao desenvolvimento destes jovens estão se gestando (p.112).

Ou seja, a circulação restrita da maioria dos adolescentes e jovens dessa comunidade no circuito casa-trabalho-escola, aponta para o mínimo de oportunidades que são oferecidas a estes jovens, para o esvaziamento dos espaços públicos, para os discursos que ressaltam valores como intimismo, privatismo, individualismo, onde a casa é o espaço privilegiado das trocas afetivas e a família responsável pela reclusão de tais sujeitos, evitando com isso os “riscos” da rua tais como o tráfico, violência e prostituição, dentre outros, e conseqüentemente, da concretização do estigma social de que são potencialmente vulneráveis, perigosos, bandidos ou delinqüentes.

Esse aspecto é importante, pois traz à tona uma questão estudada por Zamora (1999), acerca da sociabilidade e isolamento em localidades como a que está sendo investigada. A autora discutindo a expansão do individualismo às camadas pobres, embora de forma e intensidade diferentes das classes abastadas, ressalta a disseminação de “práticas privatizantes”, ou seja, de atividades ligadas ao consumo e à busca de privacidade como um valor em si (p.24). Preocupa-nos as implicações de tal condição nas redes de solidariedade e suporte social, nas bases de apoio existentes na maioria das pequenas comunidades.

Observa-se atualmente a expansão e naturalização do discurso que valoriza o fechamento paulatino dos espaços de convivência. Além disso, essa perda ou diminuição de laços sociais vem sendo produzida e vendida como modo de subjetivação por excelência na contemporaneidade. “Essas subjetividades solitárias se aglomeram em lugares resguardados do resto de uma cidade cada vez mais vista como perigosa. Com isso também, atualmente se vende segurança, conforto e privacidade” (p.30). Concordamos, pois, com Vilhena (2004) que o enfraquecimento dos laços de solidariedade e sociabilidade produz ressonâncias importantes em termos da produção de uma subjetividade voltada para o intimismo, consumismo e desinteresse político. E isso já pode ser identificado na realidade que pesquisamos.

De acordo com o relatório do Fórum Engenho de Combate à Pobreza (2002), uma característica marcante do bairro de Bom Pastor é a presença de um “individualismo coletivo” (p.9) relacionado com a forma fragmentária e dispersa pela qual tal localidade foi se constituindo. O bairro é formado de micro-localidades acirrando uma disputa por prestígio, visibilidade e espaço, fragmentando ainda o sentido de pertença. Além dessa dispersão geográfica do bairro, há uma diversidade de “perfis” juvenis afetando diretamente as relações da comunidade, desconstruindo a idéia de uma possível identidade grupal.

Ou seja, foi observado que há fortes sentimentos de rejeição, desprezo e discriminação entre esses jovens que estão inseridos em diferentes territórios dentro do mesmo bairro, que os leva a um isolamento e ao convívio em “grupinhos” que não proporcionam o sentimento de pertencimento. Vivendo, pois, num contexto onde há uma clara sobreposição de exclusões (de classe, de gênero, de etnia e de geração), e, portanto, de violência (física, social, psicológica, simbólica), entendemos que tal condição tem impactos importantes na produção de subjetividade e conseqüentemente nas relações de sociabilidade e na circulação desses sujeitos pelos espaços da cidade.

Como não concordar com Pelbart (1997), “que a miséria moral, o esvaziamento subjetivo, o abandono, a solidão são indissociáveis produção do desemprego, de guetos, da terceiro-mundialização deliberada, da fabricação de um contingente de imprestáveis, numa espécie de genocídio planejado em nível planetário?” (p.35).

Dessa forma, consideramos que o envolvimento de adolescentes e jovens em atividades esportivas e culturais ainda é muito pequeno, ainda mais se observarmos também sua participação em grupos



organizados. Dados do relatório do Fórum (op.cit.) confirmam que na zona oeste como um todo, o bairro de Bom Pastor é o que registra menor índice de participação dos jovens em atividades esportivas e artístico-culturais extracurriculares, bem como em grupos comunitários. Tal situação, como discutida acima, pode ser pensada a partir da constatação de que não há espaços para o exercício destas atividades, ou, quando há, o acesso é restrito e desigualmente distribuído. Entretanto, existem outros vetores que devem ser levados em conta e que dizem respeito à dimensão simbólica do território na construção subjetiva de seus moradores que reflete não só o conjunto das relações sociais, mas produz formas de sociabilidade muito particulares.

Concordamos com Guattari (1992) que

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva (p.158).

Assim, mais do que um mecanismo de defesa, o individualismo presente entre adolescentes e jovens de Bom Pastor, é um dispositivo eficaz de manutenção das engrenagens que os fazem viver nos “subúrbios da cidadania” (Vilhena, 2004, p.95).

#### **4.5. Dificuldades Enfrentadas no Cotidiano**

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas por eles e suas famílias no cotidiano, 87,7% (n = 335) afirmaram sofrer algum tipo de dificuldade. Indicamos as mais relatadas pelos participantes:

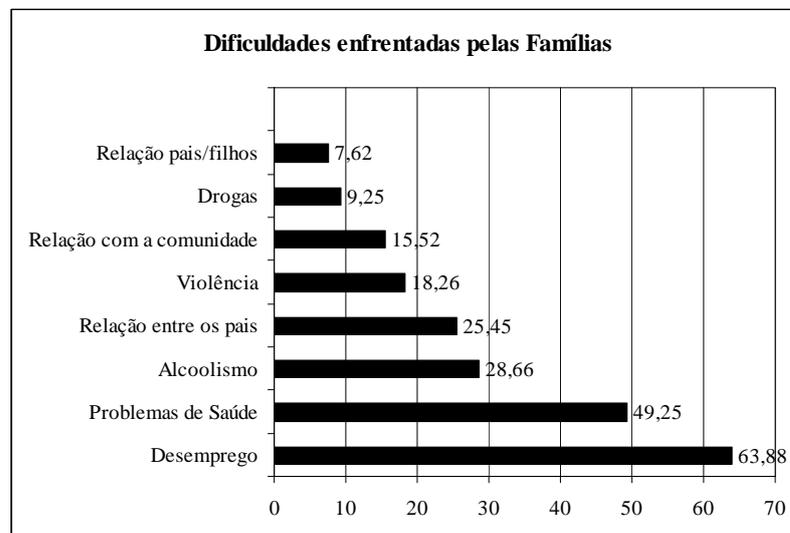


Gráfico 3: Dificuldades enfrentadas pelas famílias

Considerando que aproximadamente mais de 50% dos participantes possuem renda de até dois salários mínimos, com famílias com média de quatro a seis membros é compreensível que eles apontem como principal problema o aspecto financeiro, já que *renda per capita* torna-se ainda mais precária. Deste total, a maioria não procurou nenhum tipo de ajuda para enfrentá-las.

Dentre aquelas famílias que buscaram algum tipo de apoio, os recursos mais procurados para enfrentar suas dificuldades foram: parentes (44,5%) e amigos (26,7%), serviços de saúde (24,%) , outras instituições (12,3%), outros recursos (4,18%). O que chama atenção é o percentual de famílias que não



buscam apoio de amigos, familiares e de instituições. Quase 60% delas não sabem o que fazer para enfrentar seus problemas e 66% não fazem nada a respeito. Mais uma vez, constatamos que as bases de apoio informal fazem-se mais presentes que as formais. Contudo, devemos nos questionar quanto à resolutividade das bases de apoio informal nos casos de problemas financeiros, já que através delas a possibilidade de mobilização é mais restrita que através das bases de apoio organizadas de maneira mais sistemática, podendo as primeiras atuar apenas como fonte de alívio temporário. No caso dos problemas financeiros, a ausência das bases de apoio formal denuncia a pouca atuação das políticas sociais voltadas ao desemprego, pois caso fossem presentes os adolescentes e jovens teriam declarado recorrer a elas para resolver tais dificuldades. Notamos assim, o quanto o cotidiano desses jovens torna-se dificultoso se associamos todas essas dificuldades ao fato de eles possuírem escassos recursos para se divertirem na comunidade, que como já foi dito é reforçado pela falta de recursos para se movimentar em outros espaços pela falta de recursos financeiros.

Um outro dado importante sobre as dificuldades que eles enfrentam em seu cotidiano nos chamou atenção. Quando questionados sobre o principal problema do seu bairro mais de 40% dos estudantes responderam a essa pergunta fazendo referência a palavras como “policimento” (ou a falta dele), “brigas”, “violência”, “morte”. Ou seja, palavras que remetem ao cotidiano de violência ao qual estão submetidos. Na seção a seguir problematizaremos um pouco mais essa questão.

Indagamos aos adolescentes sobre a sua satisfação/insatisfação frente a alguns aspectos da infraestrutura de seu bairro. Os resultados foram os seguintes em ordem decrescente de insatisfação:

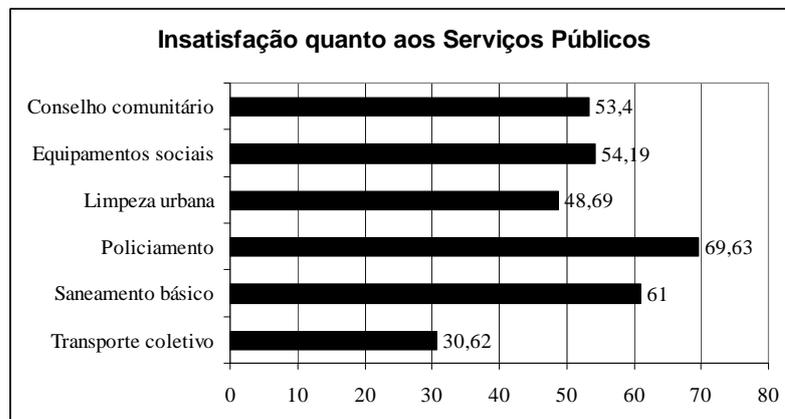


Gráfico 4: Insatisfação quanto aos serviços públicos

Podemos notar aqui que o policiamento foi o aspecto mais indicado pelos participantes. Este dado está diretamente ligado ao cotidiano de insegurança e violência vivido pelos jovens desta pesquisa, o que certamente faz com que a necessidade de maior policiamento no bairro seja desejado. Entretanto, observamos que os outros itens assinalados indicam a fragilidade das bases de apoio formais, bem como dos recursos de infra-estrutura tais como saneamento básico, coleta de lixo, transporte, imprescindíveis a toda e qualquer comunidade.

#### **4.5.1. Violência Familiar e Comunitária**

Faz-se necessário problematizar o a questão da violência doméstica a fim de entender que questões estão envolvidas. Sabemos que à família é atribuída a função de assegurar boas condições para o desenvolvimento saudável de suas crianças e jovens. Cada família possui seu espaço, constitui seu próprio mundo isolado, com seus próprios controles e sua própria conversação fechada (Berger, *citado por* Gonçalves, 2001) e dentro deste, cria leis ou regras que operam num campo social concreto e que interagem com outras formas de legalidade. Juntamente com a legalidade do Estado, a legalidade doméstica engaja-se num processo de constante interação, negociação, compromisso, conflito, reforço e neutralização mútuos (Santos, *citado por* Gonçalves, 2001).

Nesse sentido, a família vem sendo, historicamente, considerada lugar de cuidado e não-violência. Contudo, começou-se a observar que algumas famílias estariam violentando seus filhos,



criando a necessidade dos mesmos serem protegidos até mesmo da sua própria família. Sabemos que no interior dos lares há grande parte dos casos de violência. A violência doméstica é um fenômeno presente independente da classe social, que impede, cessa, detém ou retarda o desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens, podendo gerar prejuízos nas áreas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. Este tipo de violência tem uma dinâmica particular; sendo, muitas vezes justificada como uma forma de educar as crianças e/ou jovens.

No século XX, as políticas públicas passaram a tratar de crianças e adolescentes como sujeitos que deveriam ser protegidos pela família, pelo Estado e pela sociedade. Desde então, o Estado que antes tinha fortalecido as leis domésticas, aos poucos começa a intervir novamente sobre a família, sob as regras do contrato social, criando um diálogo entre o público e o privado, diminuindo assim o poder da família.

A psicologia contribuiu ao estudo da violência enfatizando a dinâmica familiar. Começou-se a estudar a família abusiva e descobriu-se que o isolamento social da família era um importante fator a precipitar ocorrências de eventos violentos. Porém, não se pode afirmar uma única causa para os maus-tratos, como também parece não haver causas necessárias ou suficientes de acordo com o modelo ecológico (Gonçalves, 2001).

Bronfenbrenner (*citado por* Gonçalves, 2001) considerou um conjunto de variáveis para explicar a violência familiar, dentre elas, estão:

1. Características individuais tais como: baixa auto-estima, falta de controle dos impulsos e respostas exacerbadas a condições de stress;
2. Características da estrutura familiar: o número de membros da família, eventos traumáticos vividos pelo grupo e os estilos de resolução de conflito;
3. Características do contexto comunitário como a disponibilidade de recursos da região de moradia, os vínculos de vizinhança, a coesão de grupo e a exposição à violência;
4. Fatores culturais e sociais como o sistema de valores e crenças: valorização do castigo corporal na educação, a privatização da família e a presença da violência nos meios de comunicação (Emery e Laumann-Billings, citados por Gonçalves, 2001).

Devemos analisar estas variáveis considerando que podem tanto eclodir a violência quanto diminuí-la, e nesse sentido, incorporou-se o conceito de resiliência, entendida como a capacidade de resistir diante das dificuldades e a de construir uma vida positiva apesar das diversas adversidades. Começou-se então, a contextualizar a violência familiar de forma mais ampla. O que antes era produto da personalidade doentia dos pais, não é mais tomado como determinante, passando a ser relacionado às condições gerais de vida da família, à dinâmica das relações intra e extra-familiares e às concepções globais da sociedade sobre infância e adolescência e práticas de educação e criação dos filhos. (Gonçalves, 2001). Desta forma, é sob a perspectiva acima que analisaremos as condutas violentas no seio familiar.

Dos participantes da pesquisa 78,9% declaram ter sofrido algum dano, seja ele físico ou moral. Destes, 29% não buscaram nenhum tipo de auxílio para enfrentar tal situação. Vejamos abaixo a distribuição dos tipos de violência intra-familiar sofridas por estes estudantes e as formas de auxílio buscadas por aqueles que procuraram ajuda. Dos participantes da pesquisa 78,27% declaram ter sofrido algum dano, seja ele físico ou moral. Destes, 19,89% não buscaram nenhum tipo de auxílio para enfrentar tal situação.

Vejamos abaixo a distribuição dos tipos de violência intrafamiliar referidas por estes estudantes e as formas de auxílio buscadas por aqueles que procuraram ajuda.



**Violência  
Intrafamiliar**

Tipos	Porcentagem
Gritar	74,58%
Xingar	59,53%
Comparar	56,52%
Tapa	32,44%
Empurrar	31,88%
Puxar cabelo	21,40%
Chute	18,06%
Ameaça	14,13%
Soco	11,07%

**Busca de Ajuda no Caso de  
Violência Intrafamiliar**

Tipos	Porcentagem
Amigos	66,37%
Parentes	54,71%
Vizinhos	20,27%
Serviços Saúde	9,91%
C. Tutelar	7,62%
Delegacia	6,73%

Além disso, ao serem indagados sobre as dificuldades que enfrentam no seu dia-a-dia, alguns deles responderam que passam por situações problemáticas com o uso de álcool e outras drogas. Desta forma, podemos pensar que alguns dos conflitos violentos são decorrentes do consumo dessas substâncias por seus parentes. Associando estes dois dados, podemos constatar que atos violentos no espaço doméstico estão relacionados não apenas a traços de personalidade dos pais, mas que eles ocorrem em associação com outras situações, já que o consumo de álcool e outras drogas guardam estreita relação com problemas tais como o desemprego e condições econômicas adversas.

No que diz respeito aos episódios violentos ocorridos fora do ambiente familiar, 42,93% (n= 164) estudantes vivenciaram eventos desta natureza.

Constatamos também que 8,63% destes jovens não procuraram qualquer tipo de ajuda quando na ocorrência de eventos deste tipo. Vejamos abaixo a distribuição dos principais tipos de violência sofrida por estes estudantes na comunidade e as formas de auxílio buscadas por aqueles que procuraram ajuda.

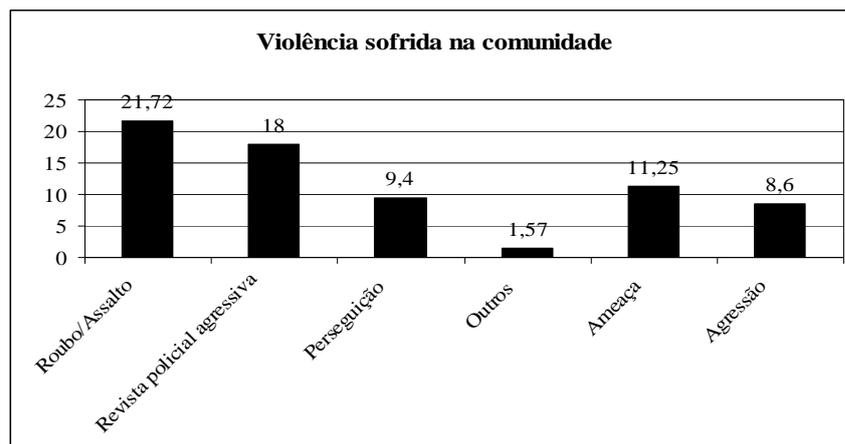


Gráfico 5: Violência sofrida na comunidade



Quanto às bases de apoio recorridas na ocorrência de episódios violentos na comunidade, foram identificadas:

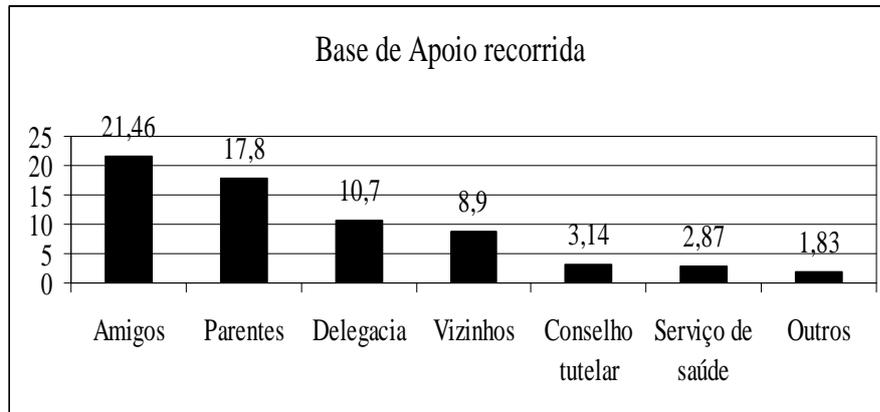


Gráfico 6: Base de Apoio recorrida

Os dados acima descritos nos permitem constatar que as bases de apoio informal (amigos, parentes e vizinhos) são as mais recorridas na tarefa de enfrentamento dos problemas. Observamos um desconhecimento ou não utilização das bases formais por grande parte da população entrevistada. Além disso, percebemos que muitos destes jovens não procuraram ajuda para enfrentar seus problemas: violência intrafamiliar (19,89%); dificuldades encontradas no cotidiano (12,82%) e violência fora do ambiente familiar (8,63%). Esta falta de utilização pode ocorrer tanto pela indisponibilidade desses recursos na comunidade, bem como pela falta de confiança ou crédito nas bases formais e informais disponíveis. Esses dados são referentes àquelas pessoas que responderam afirmativamente às questões acima.

Quanto à violência policial, concordamos com a análise realizada por Zamora (1999) no contexto das favelas cariocas, de que é muito raro haver qualquer expectativa nas comunidades pobres brasileiras

(...) de que a polícia atue como mediadora de conflitos entre os moradores, sendo raro e considerado inútil e até perigoso dar queixa, por associarem a polícia com a corrupção e se considerarem “suspeitos”, não por terem cometido crimes, mas só por serem do morro... além disso, a ação da polícia que não se vê devidamente controlada, está estreitamente relacionada ao racismo, aos abusos do poder político e ao controle das classes populares (p.28).

Observou-se também que muitos participantes se referiram às palavras relacionadas com segurança como sendo maior problema de sua comunidade. Este dado apenas reforça as idéias colocadas acima a respeito da circulação restrita desses adolescentes e jovens em sua comunidade, pois se situações relacionadas à insegurança são vistas como as mais preocupantes, é provável que eles saiam menos de suas casas a fim de evitar um possível incidente relacionado à criminalidade.

Com base nisso, entendemos que as dificuldades vivenciadas pelos adolescentes e jovens participantes da pesquisa apontam, em primeiro lugar, para os limites das atuais políticas sociais do país, especificamente daquelas voltadas para a infância e juventude. Os anos 90 foram marcados pela globalização e avanço da política neoliberal que acentuaram as desigualdades sociais e de oportunidade de vida na sociedade brasileira. A violência, como discutida anteriormente, é um complexo fenômeno cultural e político, que gera altos custos sociais, estando intimamente articulada às condições de vida de uma população. Desigualdade, miséria e exclusão sociais favorecem a escalada da violência de forma generalizada, trazendo conseqüências visíveis e invisíveis a toda uma sociedade. Infelizmente, a tônica das políticas públicas tem sido

(...) o abandono do enfoque da universalidade em favor das ações sociais na pobreza extrema, seletividade ou focalização (...) Esse



processo impede que as pessoas saiam do ciclo de pobreza, já que as políticas focalizadas visam atender apenas necessidades de sobrevivência, que não capacitam o indivíduo para o exercício da cidadania. É por isso que se diz que essas políticas funcionam como “armadilha da pobreza” (Sartor, Martins e Silva, 2002, p.126).

Como já mencionado, a violência fora do ambiente familiar ocorreu para 42,93% dos participantes. Dentre os que sofreram, 8,63% não buscaram qualquer tipo de ajuda. As bases informais mais uma vez se destacaram em relação à busca de auxílio: amigos (21,46%), parentes (17,8%). O roubo e a revista policial agressiva foram os danos mais declarados por todos os jovens, com 21,72% e 18,06% respectivamente. Além disso, apontaram ameaças (11,25%), perseguição (9,42%), invasão de domicílio (8,11%), e agressão (8,63%) como situações vivenciadas na comunidade.

Dentre as situações que envolveram violência sexual, a mais citada foi o toque do corpo sem o consentimento do adolescente, com 10 citações. Depois veio a relação sexual propriamente dita com sete citações, sendo cinco do sexo feminino e duas do sexo masculino, além destas, houve uma situação de sexo anal. Destas 08 pessoas, apenas duas procuraram bases formais, sendo que uma delas procurou um serviço de proteção à mulher e a outra, além deste, procurou o serviço de saúde.

Dentre as 24 pessoas que declararam ter sofrido violência sexual, 08 não procuraram qualquer base de apoio. Entre as 16 pessoas que procuraram apoio, apenas 04 pessoas procuraram bases formais. Percebemos, também para a violência sexual, uma prevalência na procura pelas bases informais. Acreditamos que, talvez, o número de pessoas que sofreram este tipo de violência seja maior, tendo em vista o tabu que gira em torno desta questão, o que também deve atrapalhar a busca pelos suportes formais.

Os dados acima descritos nos permitem constatar que as bases de apoio informal são as mais recorridas na tarefa de enfrentamento dos problemas. Em relação à educação, notamos uma preocupação por parte dos pais com os estudos de seus filhos. A mesma preocupação aparece em relação à saúde dos participantes, principalmente em relação aos mais novos. Vimos também uma grande participação em grupos religiosos (60,47%), que facilita também o incremento dos contatos informais. Constatamos também a presença das amizades no tocante ao divertimento e às atividades realizadas fora da escola.

Observamos, de forma geral, um desconhecimento ou não utilização das bases formais por grande parte da população entrevistada. Além disso, percebemos que muitos dos jovens que passaram por episódios violentos não procuraram ajuda para enfrentar tais problemas: violência intrafamiliar (25,08%); violência na comunidade (8,63%) e violência sexual.

A partir dos dados sobre violência e dificuldades enfrentadas, podemos perceber que as bases de apoio formal nessa comunidade não atendem às demandas desta população, seja por falta de crédito ou confiança, quando na ocorrência de eventos violentos, não se configurando enquanto recursos com os quais os jovens de Bom Pastor possam contar. São poucos os recursos formais disponíveis, principalmente no tocante à violência. O desamparo é muito grande, pois a ocorrência de episódios violentos em Bom Pastor é muito alta, tanto no seio familiar (78,27%) como na comunidade (42,93%).

A maior procura pelas bases de apoio informal pode significar ainda que as relações estabelecidas informalmente no espaço da rua (quando procuram amigos, parentes ou vizinhos) têm mais ressonância para estes jovens, significando que este espaço não possui uma conotação negativa, mas sim que é um lugar importante no qual há troca de valores e de afetos; embora, muitas vezes, não resolvam os problemas enfrentados no tocante à violência. Dessa maneira, as relações estabelecidas no espaço público devem ser levadas em consideração nos processos de elaboração e execução de intervenções e programas para a juventude no sentido de criação de campos propícios para o desenvolvimento de potencialidades e âmbito de expressão das subjetividades, no sentido de realização de aspirações pessoais, de manifestação e enunciação dos entraves que inviabilizam a vida de adolescentes e jovens.

Entre as bases informais procuradas nas situações de violência, as relações de amizade se sobressaíram. Os amigos foram os mais procurados tanto para a violência intrafamiliar como para a violência sofrida na comunidade.



#### **4.6. Saúde**

Grande parte dos entrevistados (57,85%) declarou não haver hospital em seu bairro, sendo que a maioria conta apenas com um posto de saúde (92,15%) e com os agentes de saúde (73,56%).

A maior parte dos jovens (43,98%) não procurou o serviço de saúde para seu próprio atendimento nos últimos três meses, e apenas 18,58% procuraram esse tipo de serviço apenas uma vez nesse mesmo período. Dentre os que procuraram o serviço de saúde, 9,94% afirmaram que ninguém aconselhou a procura; 8,08% indicaram a mãe como a pessoa que os aconselhou a procurar o serviço de saúde. A mãe dos adolescentes também foi a pessoa que mais os acompanhou ao serviço de saúde da última vez que o procuraram.

Daqueles que o fizeram, 32,64% tinham o intuito de verificar o estado geral de sua saúde, 21,9% para fazer uma consulta médica geral e 13,28% de conseguir um atestado médico. Grande parte dos entrevistados (73,82%) declarou nunca ter procurado o serviço de saúde para pedir informações sobre sexo, uso de anticoncepcionais ou sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Em caso de violência fora do ambiente familiar apenas 11,66% deles procuraram o serviço de saúde como ajuda no enfrentamento dessa situação, esse número diminui ainda mais no caso de violência ocorrida no ambiente familiar (7,38%). Pallazo, Béria, Tomasi (2003) afirmam que em pesquisa realizada por eles junto a adolescentes em uma unidade básica de saúde, os participantes quase não se referiram a assuntos de suas vidas em suas consultas médicas, se restringindo falar apenas sobre a queixa principal. A partir deste dado, eles tecem algumas considerações para a ocorrência deste fato: fatores relacionados à cultura (passividade), fatores relacionados à organização dos serviços de saúde (privilegiando apenas as práticas curativas), o pensamento baseado na crença de que é papel do médico começar um diálogo, crença de que o médico é um adulto estranho (Malus, 1987, citado por Pallazo, Béria Tomasi, 2003), o que faz dele uma pessoa não apropriada para falar sobre assuntos de foro íntimo, ficando esta função ao encargo dos pais e dos amigos (Offer et al., 1991, citado por Pallazo, Béria Tomasi, 2003).

Esses dados mostram que o serviço de saúde pública ainda é pouco procurado para a resolução de problemas referentes à violência a prevenção de DST/AIDS e assuntos sobre a saúde reprodutiva. Todos os fatores vistos acima podem ser considerados como entraves para que o serviço básico de saúde se configure como uma base de apoio formal mais efetiva ao enfrentamento de situações conflituosas do cotidiano desses jovens. Aqui foi apenas enfatizada uma dimensão desse serviço (relação médico-paciente), porém muitas outras devem ser consideradas. Dentre elas a reformulação de políticas públicas da área da saúde que favoreçam uma relação mais saudável e resolutiva entre os adolescentes e os médicos, não se tratando aqui de culpabilizar os médicos.

#### **4.7. Valores sociais.**

Segundo Ozella (2002), a concepção vigente na psicologia sobre a adolescência encontra-se intimamente relacionada a estereótipos e estigmas. Essa tradição tem seu início relacionado aos estudos de Sntanley Hall desde que ele a identificou como um estágio do desenvolvimento humano marcado por transtornos e turbulências por ocasião da emergência da sexualidade. Algumas teorias psicanalíticas reforçaram essa concepção na medida em que estas caracterizam a adolescência como sendo uma fase de confusões, de lutos e estresse causados, sobretudo pelos impulsos sexuais. Knobel (*citado por* Ozella) introduziu ainda o termo “síndrome normal da adolescência” para diferenciar as características daqueles que estão nessa fase da vida.

Pretendemos fornecer ao leitor uma visão crítica da concepção colocada acima. Para tanto, apresentaremos algumas críticas e ela. Segundo Ozella, quando os teóricos acima definem certas características como inerentes ao adolescente, eles pressupõem uma crise que independe das marcas sócio-culturais. Ou seja, ao demarcarem a adolescência dessa maneira, eles acabam por concebê-la de forma universalizante, naturalizante e descontextualizada. Destarte, pretendemos adotar nesta pesquisa esta visão mais crítica desse período, tentando detectar nesta seção que valores sociais existem entre os adolescentes e jovens desta pesquisa, tentando relacioná-los ao contexto que os circundam tentando desmistificar que essa visão naturalizada da adolescência.

A seguir apresentaremos críticas formuladas por Santos (*citado por* Ozella, op.cit.) a estas noções de adolescência universalizantes:



1. Nestas concepções há um descompasso entre as “os compromissos teóricos e os fatos” que produz uma dicotimização (inato x adquirido, universal x particular, racional x emocional, etc).
2. Nestas concepções há também um *presentismo* pelo uso de conceitos ou concepções do passado nas concepções atuais.
3. Tais noções geram estudos baseados em um único tipo de jovem, isto é *homem-branco-racional-burguês-ocidental*, oriundo em geral da Europa Centro-Occidental ou dos Estados Unidos da América. Ou seja, o adolescente estudado pertence às classes médias e altas urbanas e nunca a outras classes sociais.

Reforçando a idéia de que a adolescência foi uma “invenção” de um dado momento em uma determinada sociedade, Ozella nos esclarece em que contexto ela surgiu. Este autor se ancora na teorização de Clímaco (1991), afirmando que foi na sociedade moderna que a adolescência foi “criada”. As condições que impulsionaram o surgimento desse período tal como ele é visto nos dias atuais se relacionam diretamente com as transformações no mundo do trabalho. Este passou por um processo de maior sofisticação, exigindo uma maior qualificação dos trabalhadores o que implicou na necessidade de uma maior escolarização. Associado a isto, o desemprego crônico/estrutural do modo de produção capitalista trouxe consigo a cobrança de uma maior especialização, retardando o ingresso dos jovens no mercado de trabalho reforçando ainda mais sua estada prolongada na escola.

Os progressos científicos também tiveram influência no processo de criação da adolescência, na medida em que efetuaram um prolongamento na vida dos homens. A partir destes aspectos estavam dadas as bases para que as crianças ficassem mais tempo sob a tutela de seus pais, já que elas ingressavam no mercado de trabalho mais cedo sendo dependentes deles por mais tempo. Outro fator que se coloca para a análise da criação da adolescência se encontra no fato de que a adolescência pode ser compreendida como justificativa da classe burguesa para manter seus filhos distantes do mercado de trabalho.

A partir desta contextualização da adolescência, podemos dar início à descrição dos dados sobre os valores sociais encontrados entre os jovens em nossa pesquisa. Listamos abaixo a relação de frases que foram apresentadas aos jovens pra que os mesmos opinassem a respeito, bem como os respectivos percentuais de resposta.



<b>Frase apresentada</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Não sabe (%)</b>	<b>Não respondeu (%)</b>
Todo adolescente é irresponsável.	18,3	65,7	11,8	4,2
A violência, muitas vezes, é a única forma de fazer um adolescente aprender a se comportar.	14,6	74,8	7,8	2,6
As meninas devem aprender desde cedo a arrumar a casa e a cuidar dos irmãos menores.	65,2	22,2	8,9	3,7
Os rapazes devem aprender a se defender porque homem não leva desaforo para casa	34,8	48,7	12,6	3,9
Os rapazes devem aprender desde cedo a arrumar a casa e a cuidar dos irmãos menores.	53,4	34,3	10,2	2,1
No Brasil, os adolescentes negros têm as mesmas oportunidades de trabalho que os brancos.	36,6	47,1	12,1	4,18
Não tem problema nenhum um homem de 30 anos namorar uma menina com 13 anos.	45,8	36,9	14,4	2,9
Uma criança pode começar a trabalhar a partir dos 12 anos de idade.	14,6	73	8,4	3,9
A partir dos 14 anos todo/a adolescente pode trabalhar com carteira assinada.	40,3	42,9	14,6	2
Em caso de separação dos pais, a criança e o adolescente têm o direito de ser ouvido quanto à sua opinião sobre com qual deles quer ficar.	69,6	13	14,4	2,9
O pai e a mãe devem respeitar os direitos dos/as adolescente de não contar tudo o que acontece com eles/elas.	62,8	20,4	12,8	3,9

Quanto aos valores sobre a própria adolescência mais de 65% dos participantes da pesquisa responderam negativamente a sentença que enunciava “Todo adolescente é irresponsável”. Ou seja, a maioria dos participantes desta pesquisa não confirma a idéia de irresponsabilidade/rebelia concebida por algumas teorias da psicologia (como dito antes) como uma característica comum à época que estão vivenciando.

Ainda sobre os valores acerca da adolescência, 74,86% discordaram de que “A violência, muitas vezes, é a única forma de fazer um adolescente aprender a se comportar”. Podemos notar mais uma vez que a idéia de rebeldia extrema pode não estar associada à concepção que estes adolescentes e jovens têm sobre a fase da vida pelo qual passam, já que podíamos esperar que para reprimir uma rebeldia extrema, se faz necessária a prática violenta. Outro aspecto que podemos pensar a respeito desse dado, é que grande parte dos sujeitos dessa pesquisa relatou sofrer algum tipo de violência em seus lares, esse tipo de vivência não ser avaliada como positiva, já que podem não notar nenhuma benesse trazida por ela.

Quanto aos valores relacionados ao gênero e à definição dos papéis femininos podemos dizer que são tradicionais, já que 65,2% dos sujeitos da pesquisa responderam afirmativamente a sentença “As meninas devem aprender desde cedo a arrumar a casa e a cuidar dos irmãos mais novos”. Observamos que nesse quesito que a proporção de pessoas do sexo feminino (36,2%) foi levemente maior que a do sexo masculino (29%) ao responder afirmativamente a essa questão. Levando-se em consideração que o número de participantes foi dividido meio a meio, podemos dizer que tanto os



participantes do sexo masculino quanto o feminino possuem uma visão tradicional sobre papéis sexuais femininos.

Revisando a literatura de gênero, podemos encontrar que as noções de gênero, principalmente quando se relaciona aos papéis femininos, têm sofrido mudanças significativas nos últimos anos. Segundo Fuller (2001), tradicionalmente, a maternidade é colocada no centro da definição dos papéis femininos. Assim, a história pessoal, as prioridades de vida se organizam em torno dessa noção. Segunda essa mesma autora, esse padrão tem se alterado por mudanças de ordem demográfica, sexuais e reprodutivas e pela crescente inserção da mulher na vida política e no mercado de trabalho. Diz ainda que estas mudanças parecem estar rompendo com a noção de que há uma identidade única para mulheres. Isto aconteceria em parte devido à iniquidade de condições entre as mulheres.

A questão da maternidade (e não só a reprodução, mas também os cuidados com as crianças) como eixo central na identidade das mulheres é sem dúvida uma das idéias mais arraigadas na cultura ocidental. Isto se deve principalmente ao fato de que é ela que alimenta e carrega os filhos durante os primeiros anos de vida, tendo um maior relacionamento afetivo com seus filhos. Desta forma, as tarefas entre homens e mulheres começam a diferenciar, já que a mulher não poderia se movimentar e necessitaria da proteção dos homens. Dessa primeira divisão, surge a identificação do homem com o espaço público e da mulher com o privado.

Ainda segundo Fuller, essa noção começa a mudar durante os séculos XIX e XX, quando tem início chamada revolução sexual que vem dissociar a sexualidade da reprodução, permitindo a mulher vivenciar seu erotismo independentemente de sua associação com a maternidade. O surgimento dos contraceptivos é emblemático dessa nova situação, já que sua utilização permite às mulheres regular sua fecundidade, deixando mais espaço para que elas organizem melhor suas outras tarefas.

Outros aspectos são importantes para a compreensão das mudanças ocorridas na concepção de gênero. O aumento da urbanização, bem como o crescimento dos serviços públicos ocasionou uma mudança nos padrões de criação dos filhos, já que nos dias atuais, há uma participação maior da mulher no mercado de trabalho. Mudanças quanto à questão dos direitos também influenciam o modo pelo qual a feminilidade é concebida. Na medida em que direitos mais igualitários são cobrados para todos os segmentos sociais, é previsível que isso ocorra também em prol da mulher. Desta forma, são dadas melhores condições para cobrança de uma maior participação no mercado de trabalho, bem como para exigência de uma vivência menos repressora de sua sexualidade.

A maior participação no mercado de trabalho permite desmistificar a idéia do homem provedor, já que há um número cada vez maior de mulheres que provem seus filhos materialmente sem o auxílio do pai. (Safa citado por Fuller, 2001). Basta constatar que cerca de 25% das famílias dos adolescentes desta pesquisa são chefiadas por mulheres. A entrada no mercado de trabalho é ainda a oportunidade para algumas mulheres construírem seus ideais de forma mais individualizada, sendo estes menos identificados com os objetivos que se ligam à criação dos filhos, já que tais objetivos prevêm um maior apoio aos outros e metas de vida em comum.

Já foi dito anteriormente que tais mudanças não atingem todas as mulheres. As mudanças na concepção de gênero e, portanto de projetos de vida são influenciadas por vários fatores, desde a inserção no mercado de trabalho até a escolarização. Desta forma, em algumas camadas da população (como os de baixos recursos) se percebe que a maternidade ainda se faz como um projeto prioritário, assim como é considerada um modo de *status* social. Em estudo realizado no Rio Grande do Sul (Brasil), Fachel Leal e Fachel (1998) encontraram que a gravidez adolescente não é percebida como um problema, já que ela é utilizada para constituir uniões conjugais. Para concluir (mas, não esgotar) podemos notar que há uma certa mudança na visão sobre a feminilidade, mas que ela não é uniforme. Podemos observar também que essas mudanças atingem em menor escala os jovens de camadas menos favorecidas, já que quase 60% dos sujeitos desta pesquisa ainda atribuem às meninas o cumprimento de tarefas relacionadas ao âmbito doméstico.

Se por um lado os papéis femininos não têm sofrido tantas mudanças na população estudada, as tarefas atribuídas aos homens podem estar se modificando em alguns aspectos. Formulamos uma



sentença que afirmava: “Os rapazes devem aprender desde cedo a arrumar casa e cuidar dos irmãos mais novos”, 53,4% dos sujeitos assinalaram o “sim” como resposta. O número de meninos e meninas que responderam afirmativamente. Outros 34,3% responderam essa questão negativamente e outros 10,2% não expressaram opinião. A parcela dos que não respondeu foi de 2,09%. Ainda sobre nossos resultados, encontramos que 34,8% dos sujeitos concordaram com afirmação de que “Os rapazes devem aprender a se defender porque homem não leva desaforo pra casa”. Aqui também o número de meninos e meninas que responderam afirmativamente foi equivalente. Os que responderam negativamente a essa questão corresponderam à parcela de 48,7% os que não tiveram opinião a 12,6% e os que não responderam a 3,9%. Olhando para esses resultados, podemos constatar que a concepção atribuída à masculinidade está em mudança.

Chacón (2001) afirma que a adolescência é uma fase de definição das identidades, sobretudo aquele aspecto que diz respeito à questão do sexo, e mais do que ao sexo, ao gênero. Ela afirma que há uma facilidade maior para identificar para as meninas esse período de transição, por ocasião da menarca. Para os meninos, portanto, essa passagem seria um tanto mais confusa por não trazerem no corpo alguma identificação com essa fase de mudança. Além disso, este mesmo autor afirma que a definição sobre a masculinidade se dá, sobretudo pela oposição a feminilidade e homossexualidade. Ser homem, portanto, seria se comportar de modo diferente das mulheres dos homossexuais. Todavia, esses comportamentos não estariam ligados apenas a uma negação (não ser mulher, não ser homossexual). Eles estariam ligados também a aspectos positivos. Como já foi dito, os homens sempre tiveram papéis mais associados a proteção das mulheres e da crianças. Essa proteção também está associada ao papel de provedor da casa. Chacón (2001) afirma ainda que uma certa dose de violência em alguns comportamentos pode servir para demonstração de virilidade.

Desta forma, podemos concluir que o papel de cuidador atribuído aos homens, foi de certa forma uma surpresa nessa pesquisa. Porém, podemos pensar que talvez esse resultado se relacione com as condições de vida da população estudada, já que quando as mães saem para trabalhar deixam o cuidado dos filhos menores ao encargo de quem estiver presente, sendo homens ou mulheres. Quanto à questão de “aprender a se defender” podemos notar que o número de pessoas que concordam com esta afirmação é significativo, revelando que comportamentos violentos são permitidos aos homens. Contudo, apesar dessa parcela ser relativamente alta, se pode perceber que quase metade dos participantes discorda desta afirmação. As mudanças nas concepções de sobre o que é “ser homem”, podem estar intrinsecamente relacionadas com as mudanças sobre o que é “ser mulher”, já que as diferenças de gênero também se definem pela relação que possuem.

Pretendíamos também investigar valores acerca da família. Para tanto, precisamos antes contextualizar essa questão. É importante que ressaltamos logo de início que, nos dias atuais, não há um único tipo de família. Contudo, é importante que falemos sobre um determinado modelo de família que é de certa forma, idealizado, tendo também um caráter romântico. Nos referimos aqui ao modelo burguês de família Segundo Ariès (1981), é partir da idade moderna, que foi marcada, sobretudo pelos dos interesses da burguesia que durante o século XIX, o casamento-modelo passou ser idolatrado, sendo valorizado dois aspectos principais: a coesão do casal e a proteção dos filhos. Essa idéia de família, a partir de então passa a ser como diz Macedo (*citado por* Peres, 2001), uma representação social da família, “uma família em que o pai trabalha, a mãe fica em casa e a criança vai para a escola” (Peres, 2001, p.217).

Contudo, esse é apenas um modelo que não traduz todas as configurações de família que ocorrem no cotidiano das cidades brasileiras. Entre várias populações do Brasil não é raro encontrar famílias chefiadas apenas por mulheres, que além de cuidar dos filhos, são as mantenedoras materiais de suas famílias. Ou seja, não há aqui um casal como na família nuclear burguesa. E este é apenas um exemplo de muitas das configurações de família existentes no território brasileiro. Outros exemplos são fornecidos por Sousa e Rizzini (2001). As autoras identificaram treze desenhos de famílias, dentre os quais está incluída a família chefiada apenas por mulheres. A título de reiteração, em nossa pesquisa identificamos que cerca de um quarto das famílias dos adolescentes e jovens é chefiada apenas por mulheres.



Com o exemplo das famílias chefiadas por mulheres, podemos notar que a família do nosso cotidiano é diferente daquela nuclear burguesa e mais que isso: que este grupo vem sofrendo mudanças. Que mudanças seriam essas? As transformações são muitas e aqui iremos citar apenas algumas que pensamos ter uma relação mais estreita com a concepção que os sujeitos da pesquisa apresentaram. Começaremos por citar que as famílias têm ficado cada vez menos tempo juntas. Isto se relaciona diretamente com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Destarte, as crianças ficam cada vez mais tempo com seus pais em creches ou escolas, ou até mesmo sozinhas com seus irmãos, fora do horário escolar, estando sujeitas a uma maior influência de seu grupo de amigos. Outra mudança relevante ocorrida no meio familiar diz respeito às transformações das atribuições de tarefas as mulheres, como vimos anteriormente quando refletíamos sobre as questões de gênero. A mudança dos papéis parentais de gênero também está mudando. Como afirma Rizzini (2001):

“Essas mudanças são traduzidas nos mais diversos contextos culturais no deslocamento de papéis desempenhados nas respectivas unidades familiares. Homens e mulheres deparam-se cada vez mais com demandas claramente como definidas como ‘dos pais’ ou ‘das mães’”.(p.31)

Um outro aspecto associado às mudanças na dinâmica familiar é que os pais tendem a ser mais permissivos, já que os pais sentem-se assustados com questões nunca antes colocadas para eles na criação de seus filhos.

Observando todas estas questões acerca da família, podemos notar que eles vão influenciar o modo pelo qual os adolescentes e jovens concebem a família. Em nossa investigação, 69,6% dos adolescentes e jovens de nossa pesquisa informaram que concordaram com a idéia de que crianças e adolescentes devem ser ouvidos em caso de separação dos pais. Outros 13% discordaram, 14,4% não possuíam opinião a respeito e 2,9% não responderam a questão. Desta forma, podemos perceber que grande parte dos sujeitos desta pesquisa tem uma visão menos sacralizada de família, já que percebem como tendo direito de serem ouvidos, não outorgando aos pais todas as decisões de suas vidas. Outro dado que vem corroborar essa visão menos sacralizada de família é a que diz respeito a seguinte sentença: “O pai e a mãe devem respeitar os direitos dos/as adolescentes de não contar tudo o que acontece com eles”. Mais de 62% dos sujeitos desta pesquisa concordaram com essa afirmação. E apenas 20,4% discordaram; os que não possuíam opinião somaram pouco mais de 12,3%, e os que não responderam somaram 3,9%.

Tentamos investigar ainda a questão dos valores relacionados aos direitos humanos e cidadania. Quando indagados se os jovens negros possuíam as mesmas oportunidades de trabalhos que os jovens brancos, quase metade (47,1%) não concordou com a afirmativa, 36,6% disseram assinalaram o sim como resposta, 12% não expressou nem concordância nem discordância e 4,2% não responderam a questão. Quando indagados sobre a sentença: “uma criança pode trabalhar a partir dos doze anos” a maioria dos participantes desta etapa da pesquisa (73%) disse discordar de tal afirmativa. Outros 14,6% disseram discordar 8,4% disseram não possuir opinião e 3,9% não responderam. Há ainda um outro dado a respeito de valores associados a direitos humanos e cidadania. Formulamos uma sentença que afirmava que adolescentes a partir dos 14 anos podem trabalhar com carteira assinada. Quase 43% expressou discordância em relação ela. Contudo, cerca de 40% expressou concordância, 14,6% não discordaram nem concordaram e 2% não responderam.

Apresentados os dados podemos perceber que como em todos os outros quesitos houve grande variação das respostas. Alguns autores tais como Cardia citados por Pereira e Camino (2002) afirmam que a população tem se empenhado pouco em relação questão dos direitos humanos (que se traduz neste estudo pela questão das oportunidades de trabalho entre os jovens, assim como pela possibilidade do trabalho infanto-juvenil). Ou seja, segundo tais autores, as pessoas no Brasil se empenham pouco para realizarem seus próprios direitos. Pensamos que na medida em que esse



empenho é escasso, o conhecimento sobre tais direitos e as dificuldades de realização deles é no mínimo insuficiente.

Desse pouco conhecimento resulta o número alto (mais de 35% como foi dito anteriormente) de jovens que acreditam que no Brasil, negros e brancos possuem as mesmas oportunidades, quando, na realidade, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indica que os brancos ganham cerca de 35% mais que os negros. Um dado curioso sobre esse mesmo quesito se refere ao número alto de pessoas que não emitiram opinião em relação a essa questão. Este dado revela o quanto nossos jovens podem ser desinformados acerca de tais questões. Mais anteriormente constatamos que há um certo “individualismo coletivo” no bairro no qual a pesquisa se realizou. Além destas considerações, este pode ser um fator importante na análise da percepção da possibilidade de realização dos direitos humanos, na medida em que uma melhor percepção dos direitos humanos se articula a visão mais coletivista dos fatos, como afirma Pereira e Camino (2003).

Contudo, como compreender essa parcela também significativa que percebe que os jovens negros têm menos oportunidades, que as crianças não podem trabalhar a partir dos doze anos? Não possuímos uma resposta fundamentada em outros estudos, mas podemos pensar que estas questões estão diretamente relacionadas às vivências de desigualdade que esses jovens estão submetidos em seu cotidiano. É ampla a possibilidade deles ou pessoas próximas, vivenciarem dificuldades na busca de emprego, pelo fato de serem negras. E, além disso, saberem que crianças a partir dos doze anos não podem trabalhar, por elas mesmas terem sido proibidas de exercer trabalho remunerado. Estes dados precisariam de uma investigação mais sistemática e aprofundada.

Com todos os dados apresentados nessa seção, podemos ver que a concepção dos adolescentes e jovens desta pesquisa sob uma série de aspectos não foi uniforme, portanto, não são pautadas em vivências que estejam ancoradas em uma “síndrome normal” desse período. Ao contrário, todas as concepções guardam estreita relação com o contexto em que estas pessoas vivem, sejam essas concepções tradicionais ou não.

#### **4.8. Conselho Tutelar**

Uma base de apoio formal que poderia auxiliar os adolescentes no tocante a estas dificuldades relatadas é o Conselho Tutelar. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>5</sup>, “(...) O Conselho é órgão permanente e autônomo (...), encarregado (...) pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (art. 131). É um recurso comunitário fiscalizador e que tem o dever de requisitar os serviços públicos de todos os âmbitos para fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente.

O Conselho pode ajudar nas questões de violência intrafamiliar, sexual ou na comunidade, bem com nos casos de negligência parental, de envolvimento com narcóticos e discriminação em geral, realizando aconselhamentos e encaminhamentos. Constatamos em nossa pesquisa que 67,02% dos adolescentes já ouviram falar em conselho tutelar, mas apenas 11,55% sabem onde se localiza o Conselho mais próximo de seus domicílios. Além disso, apesar de a maioria já ter ouvido falar neste órgão a percentagem daqueles que nunca ouviram falar é bastante significativa, 29,58%. Fora isto, temos que considerar que 77 dos participantes disseram que o Conselho Tutelar não poderia ajudá-los em uma situação de discriminação.

Quando perguntados se já haviam utilizado, apenas 4,45% responderam afirmativamente. Levando-se em consideração que muitos dos estudantes desta pesquisa responderam que já sofreram violência na família e/ou na comunidade, podemos perguntar se o Conselho tem sido eficaz no tratamento de problemas de violência. As situações motivadoras dessa procura foram muito diversas, ficando com distribuição irregular: Uma das pessoas se referiu aos problemas em casa, uma porque sofreu espancamento, dentre outras. Todas as situações foram referidas apenas uma vez. Indagamos também se os participantes desta pesquisa já haviam passado por alguma situação que considerassem que ação do

---

<sup>5</sup> Brasil. Lei Federal 8069/1990 de proteção à criança (0 a 12 anos incompletos) e ao adolescente (12 a 17 anos incompletos).



Conselho Tutelar fosse necessária. Apenas 6% disseram que sim. Perguntamos também o motivo pelo qual estes participantes não haviam procurado o Conselho. Aqui também a distribuição foi irregular. Contudo, quatro pessoas disseram que na haviam procurado por não saber da existência do Conselho e uma outra por medo.

Quando questionados se o Conselho poderia ajudá-los no cumprimento das leis do ECA, 49,04% disseram que ele não era função deste órgão executar tal tarefa. Nos outros itens, o índice de participantes que os respondeu negativamente (ou seja, que assinalaram que o Conselho não sabia se o Conselho poderia ajudar nestas situações) manteve-se alto. Por exemplo, 39,26% respondeu que não sabiam se o C. T. poderia ajuda-los na ação de conseguir uma vaga na escola. Quanto a situações de discriminação. Quase 46% dos participantes disseram que não sabiam se o C. T. poderia ajudá-los. Levando-se em consideração que é papel do Conselho auxiliar crianças e adolescentes em todas as situações postas pelo nosso instrumento (Ver Apêndice), podemos constatar um amplo desconhecimento do papel deste órgão por parte dos participantes da pesquisa. Contudo, não podemos conceber tal fato a partir de uma ótica individualista, responsabilizando os adolescentes por tal desconhecimento.

O Conselho Tutelar como foi referido acima, é um órgão que só vem ser considerado por ocasião da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É importante consideramos que essa legislação é notavelmente recente, dado que ela só possui 14 anos. A promulgação do ECA não significou apenas uma mudança de uma lei. Mas, sim uma mudança de paradigma que diz respeito a um novo modo de olhar tanto as crianças e os adolescentes, remetendo também a uma nova forma de lidar com eles. O ECA e as novas concepções colocam criança e adolescente como sujeitos de direitos, ativos na construção de sua autonomia e cidadania. Com os dados trazidos por nossa pesquisa, podemos notar que essa dimensão ativa está muito distante de ser alcançada, já que os adolescentes e jovens desta pesquisa nem sequer conhecem as atribuições do Conselho. Mais uma vez é importante ressaltar que o ECA é recente. Ainda mais que isso, as novas concepções novas trazidas por ele transformam modos de lidar com crianças e adolescentes muito arraigados culturalmente (criança e adolescente como um sujeito dependente, que merece disciplina para crescer). Desta forma, esse dois fatores podem estar associados ao desconhecimento dos participantes desta pesquisa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

“Desde que possamos escapar dos museus que carregamos dentro de nós mesmos, desde que consigamos parar de nos vender ingressos para as galerias que existem dentro de nossos próprios crânios, poderemos começar a contemplar uma arte que recrie o objetivo do feiticeiro: mudar a estrutura da realidade pela manipulação dos símbolos vivos, neste caso, as imagens que nos foram ‘dadas’ pelos organizadores desse salão – assassinato, guerra, fome e ganância”. (Bey, 2003, 56)

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em mapear as bases de apoio para adolescentes e jovens estudantes do bairro de Bom Pastor, bem como conhecer suas formas de funcionamento. Trata-se de uma primeira aproximação com essa realidade, portanto, não tem pretensão alguma de esgotar tal mapeamento. As questões que aqui foram trazidas devem servir apenas de norteador para futuras investigações voltadas para a temática das redes de suporte social envolvendo adolescentes e jovens de periferias de grandes centros urbanos.

De uma forma geral observamos que os participantes desta pesquisa pertencem a famílias típicas de bairros periféricos brasileiros, como já foi descrito anteriormente. Ou seja, são numerosas, de maioria parda/negra, com poucos ganhos financeiros. Contudo, não podemos afirmar que por pertencer a famílias com características semelhantes há uma uniformidade entre esses estudantes, ou seja, que possuem as mesmas formas de pensar, agir. Ao contrário, observamos diferenças importantes no que se refere aos valores sociais e às vivências dentro da comunidade.

O cotidiano dos participantes da pesquisa é perpassado por uma gama de dificuldades. Através da pesquisa identificamos que boa parte dos estudantes enfrenta principalmente problemas financeiros, os quais estão associados diretamente ao desemprego que atinge grande parte dessa população, bem como à precariedade dos equipamentos sociais disponíveis. Observamos também problemas relacionados à saúde em geral e ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Além disto, uma parte significativa deles indicou



ter sofrido algum tipo de violência, seja dentro da própria família ou na comunidade, com destaque para aquela perpetrada pela própria polícia. Em ambos os casos, percebemos que as bases de apoio informais, tais como amigos e parentes, foram as mais procuradas como forma de enfrentamento de tais situações.

Estes dados nos levam a questionar a eficiência das bases de apoio formais e seu papel de suporte social nas comunidades. Ou seja, podemos dizer que elas ocupam um lugar social pouco valorizado pela população visto que o Serviço de Saúde, Delegacia e o Conselho Tutelar quase não foram procurados pelos estudantes que sofreram algum tipo de violência, mesmo em casos onde estes seriam os mais indicados para melhor lidar com tais situações.

Tal situação também é observada quando nos referimos às atividades de lazer, diversão e atividades coletivas, já que a maioria destas é realizada no espaço da rua, em casa ou com os amigos. Por um lado isso reforça o papel do grupo de amigos enquanto base de apoio informal, mas por outro lado demonstra uma possível restrição no que diz respeito à oferta de opções de lazer a que essas pessoas têm tido acesso.

Percebemos que em relação às atividades esportivas, estas são, em sua maioria, realizadas na escola, coordenadas pelos seus funcionários ou por pessoas do bairro que desenvolvem projetos por iniciativa própria e/ou com o apoio do colégio, como é o caso da capoeira e da dança. Tal instituição é a única a oferecer esse tipo de apoio no bairro.

Os dados mostram que a prática de esportes apresenta-se como uma atividade importante no contexto local, configurando-se como uma base de apoio informal. Diante disso, podemos concluir que, apesar de se configurar como uma base de apoio em potencial, o esporte e o lazer ainda precisam de bastante investimento por parte da comunidade e dos órgãos competentes, além do reconhecimento do seu valor no desenvolvimento integral desses jovens e adolescentes.

Em outras palavras, a família, os amigos e a comunidade têm se configurado como fontes confiáveis de apoio para adolescentes e jovens de Bom Pastor, ao passo que as instituições formais presentes no bairro pouco têm contribuído na resolução dos problemas vivenciados no cotidiano dessa população. O vínculo existente entre famílias e comunidade é fonte de segurança e de cuidado, dando um sentido de pertencimento social e identidade aos participantes. Além disso, consideramos que tal vínculo é uma base de apoio afetivo importante para esses jovens.

Pensar a realidade de Bom Pastor e de seus moradores é importante na medida em que se apresenta enquanto um território da cidade que é uma projeção de um contexto social mais amplo, trazendo as marcas das relações sociais, de consumo e produção, de afetos, relações políticas, etc. Assim, é importante o cuidado com a não naturalização dos fenômenos que ocorrem num contexto como o estudado nessa investigação, sendo importante dá visibilidade à intrincada rede que envolve o cotidiano de uma comunidade periférica. Em outras palavras, é importante abrir a possibilidade de compreensão do espaço, de um território na cidade como condição de materialização das relações sociais, da reprodução de uma lógica que articula aspectos como trabalho, lazer, relações familiares, indicando a constituição de uma rede que se re-atualiza cotidianamente, seja para a manutenção das relações sociais aí estabelecidas, seja para estabelecer rupturas, a emergências de novos padrões sociais. Em Bom Pastor observamos a reprodução das relações de poder, das hierarquias, das desigualdades sociais, da exploração, internamente às famílias e no contexto das relações sociais que se processam no bairro. Por outro lado, observamos também a constituição de redes de amizade como linhas de fuga voltadas para a potencialização das forças de insurreição contra o *status quo*.

Articulando nossos resultados com os do Fórum Engenho de Sonho de Combate à Pobreza (2002), é possível compreender que o cotidiano desses jovens está perpassado por episódios violentos que envolvem moradores entre si e destes com a polícia, gerando um forte sentimento de insegurança, medo e falta de mobilidade física dentro do bairro à noite, especialmente para as mulheres. Nesse sentido, consideramos que abordar o tema da violência desconectada do panorama atual das políticas públicas focadas em programas emergenciais, de cunho compensatório, sem articulá-la com a necessidade de implementação de políticas universais de bem-estar, é pouco produtivo.

Segundo Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), estudos realizados na periferia de São Paulo destacam alguns problemas presentes nessas comunidades que ajudam na compreensão da articulação entre violência e desigualdade social - desemprego, renda familiar baixa, falta de equipamentos de lazer e acesso à cultura, narcotráfico, domicílios densamente ocupados, altas taxas de fertilidade entre jovens, baixa escolaridade, lixo - os quais atingem, especialmente, crianças e adolescentes. As autoras ressaltam



que, nesses contextos, a coesão social pode ser afetada pela violência, pois com frequência, o medo ou a experiência de vitimização – direta ou indireta – levam as pessoas a adotarem medidas de autoproteção que as distanciam uma das outras. Ou seja, reduzem o uso dos espaços públicos, o contato com vizinhos e parentes, vivendo um verdadeiro confinamento. Tal condição tem impactos importantes não só na restrição da circulação cotidiana das pessoas, mas, principalmente, por ser uma forma de controle social não institucionalizado, um dispositivo de poder, uma prática disciplinar que se exerce sobre as populações faveladas e que resultam numa sobreposição de exclusões: de classe, de gênero, de etnia e de geração. Trata-se, pois, de um confinamento geográfico, político, cultural e subjetivo que produz relações de sociabilidade muito particulares.

Segundo Mello Jorge (2002), como fenômeno multifacetado, a violência “não é somente problema de segurança, de justiça, de educação ou de saúde, mas representa um verdadeiro mosaico formado por todos esses componentes” (p.53). A complexidade dos fatores determinantes da violência é muito ampla. Estudos indicam que a mortalidade de jovens por causas violentas não está necessariamente atrelada às formas mais acentuadas de exclusão social e econômica. Entretanto, é indiscutível o fato que a desigualdade social e o não acesso a bens e equipamentos sociais de lazer, cultura e esporte, constitui um elemento importante na explosão da violência.

Dessa forma, nossos resultados preliminares, em consonância com aqueles apresentados pela equipe Ciespi no Rio de Janeiro, mostram que os apoios informais atingem um número bem maior de adolescentes e jovens do que os apoios formais do bairro, revelando a pouca participação das bases formais no processo de desenvolvimento e educação desses jovens e sua fragilidade como estratégia de enfrentamento à violência. Observamos que os sujeitos recorrem com mais frequência às bases de apoio informais indicando que as bases formais não se configuram como dispositivos de suporte social. A busca das bases informais aponta que as relações estabelecidas informalmente no espaço da rua (quando procuram amigos, parentes ou vizinhos) têm mais ressonância, configurando-se como um lugar importante no qual há troca de valores e de afetos. Portanto, consideramos que as relações estabelecidas no espaço público devem ser levadas em consideração nos processos de elaboração e execução de intervenções e programas para a juventude no sentido de criação de campos propícios para o desenvolvimento de potencialidades e âmbito de expressão das subjetividades de adolescentes e jovens.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos mecanismos que dão sustentação a essa lógica de ordenamento do mundo e das relações sociais. Se num primeiro momento destacamos a importância da implementação de políticas públicas universalizantes e equitativas, no sentido de reverter o quadro de desigualdade social gerador de violência, também entendemos que o que sustenta essa engrenagem da exclusão ou a microfísica da violência é um certo padrão de subjetividade que permeia as relações na contemporaneidade, independente do contexto geográfico, cultural, etc.

Para discutirmos esse modelo, partimos da concepção de Guattari (1992) de que o modo de produção capitalista tem como matéria-prima e alvo a produção de um modo hegemônico de ser sujeito, um tipo de subjetividade que ele denominou capitalística, a qual tem alcance mundial. Trata-se de modo específico de estar no mundo, de sentir, de agir, de pensar, enfim, são esquemas de sensibilidade, corporalidade e de desejos produzidos por fatores conscientes e inconscientes de ordem molar – relações culturais, familiares, econômicas, etc e de ordem molecular tais como a mídia, a música, o espaço urbano, dentre outros. Segundo Pereira (1997), “essa subjetividade capitalística se adere desejante a esse modo de vida, às relações valorizadas por esse sistema, às percepções necessárias a ele, à sensibilidade e à sociabilidade correlatas à reprodução do próprio sistema” (p.43). Ou seja, é um dispositivo de produção, reprodução e cristalização do *establishment*, de forma que nada fica de fora do seu controle.

Essa ordem capitalística funciona no sentido de promover agenciamentos subjetivos, mas sob formas padronizadas, serializadas, homogêneas, e de bloquear a produção de modos de subjetividade singulares, outras sensibilidades, outras sociabilidades, outros desejos, processo este que Guattari identificou como revoluções moleculares. Portanto, atravessados por um controle e homogeneização cada vez mais crescentes produzimos formas de sociabilidade e de relação com o mundo que operam no sentido da reprodução do mesmo, seja nos aspectos cognitivo, perceptivo, mnêmico, seja afetivo e volitivo (Guattari, 1992).

Segundo Passetti, remetendo-se à análise de Wacquant, produzimos socialmente um novo inimigo situado em regiões-problema das cidades ou bairros *underclass*, para onde estão voltadas todas as



medidas de proteção e aniquilamento e toda a indústria lucrativa que promete segurança contra favelados, pobres, pretos, entendidos como potenciais criminosos.

“*Underclass* descreve e designa uma subcultura feroz, com concentração de desvios de comportamentos entrelaçados a patologias. Distingue pobres virtuosos de maus pobres, os disfuncionais com emprego perpétuo consumindo recursos crônicos de ajuda social, desorganização conjugal, anomia sexual, fracasso escolar, tráfico e consumo de drogas, encarceramentos, delinqüência de rua e criminalidade violenta. Estigmatizados os *underclass* são localizados em espaços territoriais como hordas ameaçadoras do Estado, uma peste que deve ficar aprisionada para curar o corpo social pelo isolamento e pela extinção. Eles devem permanecer em sua territorialidade de gueto, favela ou *cit *, sob condi o de uma “imobilidade social institucionalizada” (Passetti, 2002, p.16-17).

Assim, v -se que a produ o de práticas sociais violentas no conjunto da sociedade   parte de uma engrenagem que reforça as estruturas segregativas, que legitima os discursos da exclusão e as políticas públicas focalizadoras e que mant m tudo dentro da ordem mundial. De acordo com essa discussão, pensar as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias como estratégia de enfrentamento   violência implica potencializá-las enquanto máquinas produtoras de novos territórios existenciais, de outras práticas sociais, que incitam processos de resistência subjetiva e de enfrentamento dessa ordem capitalística. Para tanto,   preciso partir da desnaturaliza o da violência, dos modelos familiares, comunitários, institucionais, dos esquemas conhecidos de sentir, de pensar, de viver, ou seja,   preciso romper com os devires fascistas que rondam nosso cotidiano, e partir para a abertura de novos possíveis.

Assim, consideramos importante elaborar estratégias de fortalecimento de tais laços comunitários e familiares, dessa rede social informal, das rela o de amizade, de maneira que possam desenvolver suas capacidades de enfrentamento das adversidades, inclusive problemas relacionados   violência familiar e comunitária. Para tanto, algumas a oes são imprescindíveis como a forma o de lideranças comunitárias, a capacita o continuada de pessoas da comunidade que possam desenvolver atividades complementares   escola, o financiamento do que já vem sendo realizado e utilizado pela comunidade com satisfa o, estimular a discussão sobre cidadania e elabora o de políticas públicas voltadas para o bem-estar social, enfrentando dessa forma, a despolitiza o do cotidiano, desenvolver alternativas de capacita o profissional para adolescentes e jovens fazendo parcerias com diversos setores da sociedade, aproximar os serviços disponíveis na comunidade das necessidades dos seus moradores, dentre outras tantas possíveis.

Enfim, entendemos que   preciso andar na contramão do que vem sendo a t nica das rela o sociais na contemporaneidade: o isolamento, o individualismo e a falta de solidariedade, frutos e fontes de formas de sociabilidade e subjetiva o muito particulares, assim como de novas formas de sofrimento. Pelbart (2000) discutindo sobre subjetividade e pós-modernismo, em particular sobre a “coloniza o” dos afetos pelo capitalismo mundial integrado (CMI), ou sobre “como o capitalismo invadiu as esferas mais privadas e íntimas da vida humana, desde a fé até o corpo biológico” (p.26), aponta que vivemos “uma extraordinária opera o de anestesia social, fundada na unidade at mica indispensável, o homem médio estatístico, o consumidor ideal de bens e serviços, de entretenimento, de política, de informa o, o cyber-zumbi” (p.23).

Entende-se que as redes de amizade e solidariedade se configuram como suporte social e possível fator de prote o contra a violência para essa popula o. Pensar o fortalecimento desses laços sociais   importante e aponta para o enfraquecimento da lógica hegem nica voltada para a produ o de sujeitos como identidades privatizadas, para o fortalecimento de uma  tica comprometida com a desmontagem de uma sociabilidade ancorada no medo, na impotência, na redu o dos espaços de circula o e de enfrentamento dos dispositivos montados para reforçar a exclusão social, a intolerância e a discrimina o. Deve-se voltar para a constru o da amizade como um sistema de reciprocidade, de trocas afetivas, como um espaço de agenciamento político e de produ o de formas de vida potentes contra a anestesia social.



---

Tratamos então de uma inclusão social que escapa do pressuposto de que a essas populações sempre falta algo: boas condições de vida, saúde, cidadania, etc, e que apenas podemos desenvolver ações paliativas. Consideramos que nosso desafio é “produzir modos de viver, pensar e sentir capazes de afirmar a potência de efetuação da vida, a partir da invenção permanente de práticas aptas a deflagrar movimentos de singularização, em lugar das diferentes camisas de força subjetivas que nos aprisionam na ‘metafísica-do-que-jamais-seremos’” (Santos, 2004, p.55).

Isso significa, de acordo com Castelo Branco (2004), “denunciar as técnicas de assujeitamento das existências humanas vindas da manipulação e docilização das subjetividades, feitas para efetivar certos padrões de normalidade preestabelecidos e desejáveis aos gestores dos poderes instituídos” (p.36). Significa enfrentar como diz o autor, o espírito de rebanho produzido por nós mesmos, modos de vida subordinados e comprometidos com poderes instituídos, que emperram a eclosão de modos de vida heterônomos. Trata-se, pois, de empreender o exercício do político, tal como entendido por Arendt, de produção de novas subjetividades, novas formas de sociabilidade, de milagres em favor do inesperado, do imprevisível, de formas de agir que são máquinas de guerra contra a despolitização da vida.



---

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- Bey, H. (2003). *Caos. Terrorismo poético e outros crimes exemplares*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069/1990
- Castelo Branco, G. (2004). A prisão interior. In Passetti, E. (Org.): *Kafka, Foucault: sem medos*. (pp.33-44). Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Chacón, S. M. (2001) En busca del Pater Familias: construcción de identidad masculina y paternidad en adolescentes y jóvenes. IN: Burak, S. D. (Org) *Adolescencia y juventud en América Latina*. Costa Rica, Libro Universitario Regional, p. 243-266
- Clímaco, A. A. de S. (1991). *Repensando as concepções de adolescência*. Dissertação de mestrado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Costello, J., Pickens, L. M. & Fenton, J. (2001). Bases de apoio para crianças e famílias: uma questão de vínculos. In: I. Rizzini (Org.), *Pesquisa em Ação: Infância, Juventude, Família e Comunidade* (pp. 15-52). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.
- Dimenstein, M., Zamora, M. H. & Vilhena, J. (2004). Da Vida dos Jovens nas Favelas Cariocas. Drogas, Violência e Confinamento. *Revista do Departamento de Psicologia/UFF*, 16(1), pp.23-40.
- Diógenes, G. (1999). Grupos identitários e fragmentação social: A violência como “marca”. In: Santos, José Vicente T. (org): *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, p. 164-182.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal 8.069, de 13 de julho de 1990.
- Fachel Leal, O. & Fachel, M. G. J. (1998). Aborto, Tensión y negociación entre lo femenino y lo masculino. IN: Lerner, S. (Editora). Varones, sexualidad y reproducción, El Colegio de México, Sociedad Mexicana de Demografía, México D. F., pp. 303-318.
- Fórum Engenho de Sonhos de Combate à Pobreza (2002). *Diagnóstico Interativo da Realidade dos Jovens no Bairro de Bom Pastor*. Mimeo.
- Fraga, P. D. (2002). Violência: forma de dilaceramento do ser social. Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII. n. 70, p.44-58.
- Fuller, N. (2001). Maternidad e identidad feminina: relato de sus desencuentros. In: Burak, S.D.(Org), *Adolescencia y juventud en América Latina*. Costa Rica, Libro Universitario Regional, p. 225-242.
- Gonçalves, H.S. (2001). Um Estudo das Práticas de Educação em Lares do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. PUC/RJ.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed.34
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1996). *Contagem da População*. Brasília – DF.
- Manning, S. A. O. (1997). *Desenvolvimento da Criança e do Adolescente: Guia Básico para Auto-Instrução*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Mello Jorge, M. H. P. (1998). Como Morrem Nossos Jovens. IN: *Comissão Nacional de População e Desenvolvimento: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Brasília, CNPD, pp. 209-292.
- \_\_\_\_\_ (2002). Violência como Problema de Saúde Pública. IN: *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Julho/ Agosto/ Setembro de 2002. pp. 52-53.



- Minayo, M. C. S. (2003). A Violência Dramatiza Causas. IN: Minayo, M. C. S. & Souza, E.R. *Violência Sob o Olhar da Saúde: A Infrapolítica da Contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro - RJ: Fiocruz. pp. 23-47.
- Novo, H. A. (1996). *A Dimensão Ético-Afetiva dos Discursos sobre a Violência: Implicações para o Processo de Convivência Social*. Tese de Doutorado. PUC-SP.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. IN: Contini, M. de L. J. e Koller, S. H. *Adolescência & Psicologia. Conceções, práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Psicologia, pp. 16-24.
- Palazzo, L. dos S., Beria J. U. e Tomasi, E. (2003). Adolescent clients of primary health care services. How do they live? Why do they seek help, and how do they express themselves?. *Cad. Saúde Pública*, nov./dez. vol.19, no.6, p.1655-1665. ISSN 0102-311X
- Passetti, E. (1996). O Menor no Brasil Republicano. In: M. Del Priore (Org.), *História da Criança no Brasil* (pp.146-175). São Paulo: Contexto.
- Passetti, E. (2002). Cartografias de violências. *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIII. n. 70. pp.5-43.
- Pereira, W.C.C. (1997). *A Cidade: da modernidade a pós-modernidade*. In. Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Felix Guattari (Orgs.), *A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*. Anais. (p.41-46). Belo Horizonte: autor.
- Pelbart, P. P. (1997). *A Cidade Virtual*. Anais. *A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*. Belo Horizonte: Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Felix Guattari, pp.31-40.
- Pelbart, P.P. (2000). *A Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: FAPESP; Iluminuras.
- Pereira, C. & Camino L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicol. Reflexão e Crítica*, vol.16, no. 3, p.447-460.
- Pereira, W.C.C. (1997). *A Cidade: da modernidade a pós-modernidade*. Anais. *A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*. Belo Horizonte: Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Felix Guattari, pp.41-46.
- Peres, V. L. A. (2001). Conceções de família em população de periferia urbana. IN: Sousa, S. M. G. *Infância, Adolescência e Família*. Goiânia, Cãnone Editorial, pp. 217-230.
- Rizzini, I. (2001). Crianças, Adolescentes e suas Bases de Familiares: Tendências e Preocupações Globais. IN: Sousa, S. M. G. & Rizzini, I. (Org). *Desenhos de Famílias. Criando Filhos: A família Goianense e os elos parentais*. Goiânia, Cãnone Editorial, pp23-44.
- Rizzini, I & Barker, G. (coords). (2001). *Crianças, Adolescentes e suas Bases de Apoio: Fortalecendo as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo.
- Rizzini, I (1995). Crianças e Menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: F. Pilotti & I. Rizzini (Orgs.), *A Arte de Governar Crianças* (pp. 99-168). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.
- Rizzini, I., Barker, G. & Cassaniga, N. (2000). *Criança não é risco, é oportunidade*. Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo.
- Santos, A.R.C. (2004). Vai ser coxo na vida: problematizando alguns modos de subjetivação claudicantes na reforma psiquiátrica brasileira. In *VI Encontro Clio-Psyché: corpo, psicologia e história*. UERJ/Rio de Janeiro, pp. 54-55.
- Sartor, C. D.; Martins, A. C.; Silva, N.C.R. (2002). As novas configurações das políticas sociais: tendências contemporâneas e mecanismos de resistência e universalização. IN Rizzini, I, Baker, G. e Zamora, M.H. (Orgs): *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v.7, n.7, pp.115-138.



- 
- Silva, H. N. C. (1997). *A Representação Social de Jovens Transgressores Constituída pela imprensa escrita de Natal*. Monografia de especialização em educação. UFRN.
- Soares, A.B. (2002) “Eu conto mais é com os colegas lá da rua”: comunidade e apropriação do espaço urbano por jovens cariocas. IN Rizzini, I, Baker, G. e Zamora, M.H. (Orgs): *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v.7, n.7, pp.99-114.
- Tavares dos Santos, J.V. (2002). Microfísica da Violência, uma Questão Social Mundial. IN: *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Julho/Agosto/Setembro de 2002. pp. 22-24. UNESCO, Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003.
- Vilhena, J. (2004). Ta tudo dominado? Cidade, segregação e subjetividade. IN Vilhena, J. (Org): *A Clínica na Universidade: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, pp. 95-112.
- Zaluar, A. (2000). A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local IN: Velho e Alvito (orgs.) *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro: FGV-UFRJ. pp. 47-69.
- Zamora, M.H. (1999). *Textura áspera. Confinamento, sociabilidade e violência nas favelas cariocas*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Zamora, M. H. (2001). Considerações Metodológicas na Pesquisa sobre Bases de Apoio. IN: Rizzini, I. (org). *Pesquisa em Ação: Infância, Juventude, Família e Comunidade*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária. pp. 109-116.
- Zamora, M. H. & Silva, N. C. R. (orgs.) (2002). *Vozes e Experiências de Uma Favela: Pesquisa e Atuação em Parcerias entre Universidade, ONG, Comunidade e Empresa*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.
- Zamora, M.H. & Kuenerez, C. (2002). “Eu só conto é com Deus”: Fé e religiosidade como bases de apoio. *O Social em questão*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento Serviço Social, Volume 7, número 7, pp. 75-98.